



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

BRUNO SANTOS LUZ

**COMBATE À SECA EM PICOS NOS ANOS 80: políticas públicas e os relatos de quem
participou das Frentes de Emergência**

PICOS-PI

2013

BRUNO SANTOS LUZ

COMBATE À SECA EM PICOS NOS ANOS 80: políticas públicas e os relatos de quem participou das Frentes de Emergência.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, como requisito obrigatório à obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo.

PICOS-PI

2013

Eu, **Bruno Santos Luz**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 23 de abril de 2013.

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

L979c Luz, Bruno Santos.
Combate à seca em Picos nos anos 80: políticas públicas e os relatos de quem participou das Frentes de Emergência / Bruno Santos Luz. – 2013.
61 f. : il.

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.
Orientador(A): Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

1. Combate à Seca. 2. História Oral. 3. Picos-PI. I. Título.

CDD 981.812 2

BRUNO SANTOS LUZ

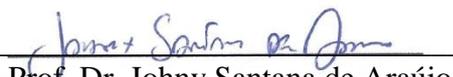
COMBATE À SECA EM PICOS NOS ANOS 80: políticas públicas e os relatos de quem participou das Frentes de Emergência.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, como requisito obrigatório à obtenção do grau de Licenciado em História.

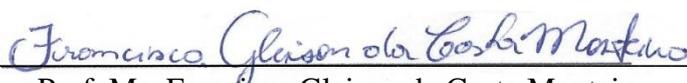
Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo.

Monografia aprovada em ____ / ____ / ____

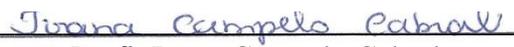
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Johny Santana de Araújo
Orientador – UFPI



Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro
Examinador Interno



Profª. Ivana Campelo Cabral
Examinadora Externa

PICOS - PI

2013

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois, sem ele nada é possível. Aos meus amados pais, minha irmã e minha namorada, base da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo imenso amor que tem a mim. Aos meus pais: Maria do Amparo Santos Luz e Juraci José da Luz que me deram muito apoio nos momentos mais difíceis da minha vida e nunca mediram esforços para me ajudar.

Ao Professor orientador Johny Santana de Araújo pela orientação, apoio, dedicação e disponibilidade com que acompanhou a elaboração desse trabalho e principalmente pela forma com que demonstra acreditar em seus alunos.

A minha irmã, Natália pela paciência e compreensão que me dedicou e por sempre acreditar que sou capaz.

A minha namora Joyce que além de colega de curso é minha companheira em todos os momentos, meu muito obrigado.

Aos colegas de curso pelos momentos que compartilhamos juntos. E a alguns verdadeiros amigos que fiz nesta jornada. Aos meus demais familiares que por uma palavra de apoio ou um sorriso confortador me ajudaram a vencer esta etapa.

A todos aqueles que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento deste trabalho.

Obrigado, de todo o meu coração, pelas palavras encorajadoras que muito me estimularam para concluir esta etapa em minha vida tão significativa.

“Senhor, eu pedi para o sol se esconder um tiquinho
Pedi pra chover, mas chover de mansinho
Pra ver se nascia uma planta no chão”.

Luiz Gonzaga

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar como ocorreu o combate à seca na cidade de Picos-PI nos anos 80. Serão abordados também, à seca, seus tipos e características, sua relação e influência com o clima, vegetação, economia e sociedade no Nordeste, além de um contexto histórico do combate à seca no semiárido nordestino, os vários órgãos e projetos criados, e posteriormente os principais métodos utilizados para este fim. Informações sobre a cidade de Picos e o 3º BEC também serão apresentadas, com o auxílio de imagens e tabelas. Foram utilizadas como aporte teórico a Memória e a História Oral buscando os relatos das populações que vivenciaram o período. A concretização deste trabalho se deu mediante pesquisa realizada no arquivo do 3º BEC e a análise dos documentos encontrados, além da realização de entrevistas referentes à temática.

Palavras-chaves: Combate à seca. História Oral. Picos-PI.

ABSTRACT

This work has as main objective to present as the drought occurred in the city of Picos-PI in the 80s. Will be addressed as well, drought, their types and characteristics, its relationship and influence the climate, vegetation, economy and society in the Northeast, and a historical context of drought in semi-arid northeast, the various agencies and projects created and subsequently the main methods used for this purpose. Information about the city of Picos and 3rd BEC will also be presented, with the help of images and tables. Were used as theoretical Memory and Oral History seeking the stories of people who experienced the period. The completion of this work took place through research in the archives of 3rd BEC and analysis of documents found, in addition to conducting interviews related to the theme.

Key-words: Combating drought. Oral History. Picos-PI.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Tabela com dados sobre as precipitações no Nordeste.....	20
Figura 2. Mapa pluviométrico do Piauí.....	21
Figura 3. Mapa com a média anual de precipitações no Nordeste	24
Figura 4. Localização da cidade de Picos.....	42
Figura 5. Vista parcial de Picos.....	43
Figura 6. Placa com dados sobre a construção do açude São Gonçalo	44
Figura 7. Placa com dados sobre a construção de um açude.....	45
Figura 8. Fachada do 3° BEC	46
Figura 9. Entrada do 3° BEC.....	46
Figura 10. Trabalhadores do açude Aparecida em Picos-PI.....	47
Figura 11. Construção do açude Fátima em Picos-PI.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Açudes construídos no Piauí na década de 1980	48
Tabela 2. Açudes construídos em outros estados na década de 1980.....	49
Tabela 3. Açudes construídos na década de 1980 (sem informações sobre o local)	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O FENÔMENO DA SECA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO	16
1.1 Seca: Um fenômeno plural	16
1.2 A abrangência da seca	19
1.2.1 <i>O clima do Nordeste</i>	19
1.2.2 <i>Vegetação: adaptação milenar e tentativa agrícola</i>	22
1.2.3 <i>Alterações na economia e sociedades pela seca</i>	24
2 COMBATENDO À SECA E SEUS EFEITOS: ÓRGÃOS CRIADOS E MÉTODOS UTILIZADOS	27
2.1 O começo da intervenção	27
2.2 A Política Assistencialista	30
2.2.1 <i>A Solução Hidráulica</i>	31
2.2.2 <i>As Frentes de Serviço</i>	33
2.2.3 <i>Métodos não convencionais</i>	34
2.2.4 <i>“Obras contra as secas”</i>	35
2.3 A Política de Desenvolvimento	36
2.3.1 <i>Continuidade e novos órgãos para desenvolver o Nordeste</i>	37
2.3.2 <i>“Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”</i>	38
2.3.3 <i>Os projetos do governo militar</i>	40
3 A FRENTE DE EMERGÊNCIA EM PICOS NA DÉCADA DE 1980	42
3.1 Picos: dados e características	42
3.2 União: Exército e governo juntos no combate à seca em Picos	44
3.2.1 <i>Batalhão Visconde da Parnaíba</i>	45
3.2.2 <i>Obras realizadas na década de 1980</i>	47
3.3 Relatos de trabalhadores alistados nas Frentes de Emergência	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

A estiagem no Nordeste brasileiro data dos primórdios da colonização. Já o combate à seca existe há menos de dois séculos. A partir da grande seca de 1877/79 quando o governo imperial procurou meios para ajudar estas populações que sofriam com os flagelos da seca, através de assistência alimentícia, médica e com trabalho, inaugurou-se o que hoje é conhecido como Política de Emergência.

Ainda como categoria de Vila, Picos foi assolada por essa “Grande Seca” de 1877/79, e já como cidade sofreu outros períodos de crises causados pela seca ao longo do século XX. Assim, fica evidenciado que a região Centro-Sul do Piauí é uma região que sofre com estes períodos de estiagem.

Como morador da cidade de Picos Piauí, desde criança ouvi relatos através de parentes que viveram o período abordado sobre a seca e as medidas realizadas pelo Estado para tentar amenizar o sofrimento da população. Assim, esse tema despertou minha curiosidade e o interesse de aprofundar-me em relação aos acontecimentos. Pois, sabia que os efeitos causados pela seca não atingem igualmente a população, fato que favorece o aumento das desigualdades sociais.

Problematizando este tema “Combate à seca em Picos nos anos 80: políticas públicas e os relatos de quem participou das Frentes de Emergência.”, pretende-se através da pesquisa responder questões que são de interesse de todos os moradores da cidade de Picos, principalmente os mais jovens que não presenciaram o período. O que foram as Políticas Públicas? Como se deu a participação do governo no combate à seca na região? Como a população reagiu a esta política? A visão sobre o combate aos flagelos da seca é compartilhada pelo governo e pela população? Mesmo não respondendo estas questões, no entanto, foi a partir delas que este trabalho ganhou-se um rumo. Assim, através da busca pelas respostas dessas perguntas, busca-se inserir no contexto histórico local e nacional o combate à seca na cidade de Picos.

Entender como ocorreu o combate aos efeitos causados pela seca no Estado do Piauí e especificamente na cidade de Picos, durante a década de 1980, é de fundamental importância para compreendermos melhor nossa história. Grande parte da região é caracterizada pelo

período seco e segundo Guimarães Duque, decano da agronomia da região, calcula que em 400 anos o Nordeste sofreu 34 secas, sendo 27 parciais e sete arrasadoras.¹

O objetivo primordial deste trabalho é compreender como ocorreu o combate à seca, através das Políticas Públicas durante a década de 1980 na cidade de Picos – PI. Para isso fez-se necessário analisar as fontes acerca do tema estudado para entendermos as medidas realizadas pelo Governo e junto a isso analisar as fontes orais para vermos se realmente essas políticas implementadas resolveram o problema da população e conseqüentemente amenizaram o sofrimento causado à população em decorrência da seca.

Tratar-se-á de uma pesquisa onde será feita a análise das fontes historiográficas, procurando responder à problemática do tema. Por ser um tema local, este é pouco abordado e as fontes são escassas. Os poucos livros e artigos que abordam o assunto o fazem de maneira mais ampla, a nível regional ou estadual.

Parte da pesquisa foi realizada no arquivo do 3º BEC (Batalhão de Engenharia de Construção) sediado em Picos, sendo este uma das instituições responsáveis pela realização dos projetos do governo na região de Picos. Nas pesquisas realizadas no acervo do 3º BEC, foram encontrados documentos relacionados ao tema, principalmente dados sobre as obras voltadas ao combate à seca construídas no período de 1980.

Nessa pesquisa, utilizamos como perspectiva teórica os estudos desenvolvidos no livro de Manoel Domingos Neto, intitulado *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*,² que traz informações sobre a relação da seca com a economia e a sociedade piauiense, além de dados climáticos e sobre as políticas implementadas no Nordeste e principalmente no Piauí, e o mesmo afirma que:

Os estudos especializados, vão mostrando, cada vez mais, que as causas da “seca” vão bem além do comportamento climático. São inúmeros trabalhos que concluem taxativamente: a “seca” não é simplesmente a perda das lavouras provocada pela falta de chuvas.³

Para trabalhar esse tema foi de fundamental importância analisarmos artigos, em que alguns foram obtidos pela internet. Os artigos publicados na internet tratam das Políticas públicas a nível regional e estadual. No artigo das autoras Izaura Rufino Fischer e Lígia

¹NOBLAT, Ricardo. **A seca: 1877-1977**. Diário de Pernambuco. 1977. (paginação irregular). Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/arquivos-upload/2006/12/129-seca1877.doc>> Acesso em: 27 de outubro de 2012.

²NETO, Manoel Domingos. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2º ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987

³NETO, Manoel Domingos. Op. cit. p. 23.

Albuquerque a Política de Emergência é explicada, trata a respeito do objetivo das políticas empregadas no semiárido nordestino.

A política adotada em período de seca, chamada política de emergência, é um programa governamental implantado para amenizar ou eliminar conflitos sociais inevitáveis que explodem quando parte da população tem seu nível de subsistência comprometido. Essa política tem como objetivo atender a população que se encontra em reconhecido estado de calamidade pública, sobretudo no que se refere ao abastecimento d'água e geração de renda. Tal política é estabelecida a partir de pressões da população que tem seu suporte alimentar afetado.⁴

Esse trabalho se beneficiou de outra Metodologia a História Oral no intuito de trabalhar as questões de História e Memória. Como o período a ser estudado situa-se por volta da década de 80, muitos dos personagens que viveram e viram a Política de Emergência na cidade estão vivos. Serão entrevistados principalmente moradores da Zona Rural, pois estes sofreram com maior intensidade dos efeitos da seca, e viram com maior ou menor eficácia as tentativas do Estado em solucionar ou amenizar o sofrimento desses. A respeito de História Oral Lucília de Almeida Delgado no seu livro intitulado *História oral, Memória, Tempo, identidades*, fala sobre o conceito de História Oral:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida. De acordo com Meihy (2005), é um procedimento premeditado de produção de conhecimento, que envolve o entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem de gravação.⁵

Este trabalho tem também como perspectiva a memória, porque esta se caracteriza como “(...) um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada”⁶, e através das lembranças dos nossos entrevistados é que esta história será reconstruída.

O trabalho está dividido em três capítulos, uma vez que o primeiro fala a respeito dos tipos e características da seca, mostrando que este é um fenômeno plural, além disso, neste

⁴ALBUQUERQUE, Ligia; FISCHER, Izauro Rufino: *A Mulher e a Emergência da Seca no Nordeste*. Disponível em: < <http://www.fundaj.gov.br/tpd/139.html>>. Acesso em 27 de outubro de 2012, (paginação irregular).

⁵DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral – memória , tempo, identidades*. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 136.

⁶ Idem, ibidem.

capítulo ainda é apresentado a relação da seca com o clima, a vegetação, a agricultura, a economia e a sociedade do semiárido nordestino.

No segundo capítulo, primeiramente é apresentado a gênese do combate à seca no Nordeste, e posteriormente é apresentado os movimentos políticos criados em prol dessa temática, tais como: A Política Assistencialista e a Política de Desenvolvimento, além dos órgãos criados, bem como os métodos utilizados no combate à seca.

No terceiro capítulo serão apresentados os dados colhidos no arquivo do 3º BEC além de ser utilizada a memória e a história oral como fonte. A partir dos depoimentos das pessoas que trabalharam nas obras subsidiadas pelo governo para amenizar os efeitos da seca, pode-se obter informações necessárias para sabermos como era o cotidiano e como esses projetos eram vistos pelos trabalhadores. Embarquem comigo neste tour pela História do combate à seca no Nordeste.

1 O FENÔMENO DA SECA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Nesse capítulo será abordado de maneira geral alguns aspectos que envolvem a seca e seus efeitos. Primeiramente apresentaremos alguns aspectos relevantes à seca, bem como seus tipos e suas características, e por fim, discutiremos sobre a seca e suas relações e influências no clima, vegetação, agricultura, economia e sociedade do semiárido nordestino.

1.1 Seca: um fenômeno plural

Quando se fala em seca, várias situações aparecem em nossas mentes, tais como: falta de chuva, solo seco, perda da plantação, sofrimento da população. Não é à toa que a seca é vista principalmente como um fenômeno que ocorre devido à falta d'água. O que se pretende neste tópico é mostrar os diferentes tipos de secas, suas diferentes causas e seus diferentes efeitos. Além disso, ampliar o conhecimento sobre esse fenômeno que castiga boa parte do Nordeste brasileiro.

Para Renato Duarte:

As secas podem ocorrer sob a forma de drástica diminuição ou de concentração espacial e/ou temporal da precipitação pluviométrica anual. Quando ocorre uma grande seca a produção agrícola se perde, a pecuária é debilitada ou dizimada e as reservas de água de superfície se exaurem. Nessas condições, as camadas mais pobres da população rural tornam-se inteiramente vulneráveis ao fenômeno climático. Historicamente, a sobrevivência daqueles contingentes de pessoas tem dependido, seja das políticas oficiais de socorro, seja do recurso à emigração para outras regiões ou para as áreas urbanas do próprio Nordeste.¹

Neste relato de Duarte, percebe-se que, além de fenômeno climático, a seca causa grandes problemas econômicos como a perda da produção agrícola, ela causa também graves problemas sociais, como por exemplo, a emigração, e assim ela pode ser entendida também como um fenômeno econômico e social.

Como mostrado no tópico anterior, os efeitos da seca são sentidos pela população nordestina desde o início da colonização. Segundo Manuel Correia de Andrade, “as secas são uma constante na evolução histórica do semiárido nordestino. Já no século XVI elas se fizeram sentir, provocando a migração em larga escala de indígenas para o litoral”.² O autor

¹ DUARTE, Renato. **Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil**. Buenos Aires: CLASCO, 2001. p. 425. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar//clacso/gt/20101030020924/16duarte.pdf>>. Acesso em: 13/01/2013.

² ANDRADE, Manuel Correia de. **A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 6, n° 4, 1986. p. 126.

afirma ainda que “de um modo geral a migração só é feita quando a seca atinge grandes proporções”.³

Sobre a seca em si, Andrade apresenta uma divisão da seca nordestina. Ele afirma que:

Há dois tipos de seca no Nordeste, a anual, que dura de sete a oito meses, correspondendo ao longo período de estio entre dois períodos chuvosos de três a quatro meses, e que não se constitui um grande problema, de vez que o sertanejo já está adaptado a ela e dispõe de reservatórios d’água que dão para atravessar este período. Ao lado desta existem as secas periódicas, de difícil previsão e que se efetivam quando em um período normalmente chuvoso – dezembro a março – não caem as chuvas esperadas, fazendo com que aquele período seca de sete a oito meses se estenda por dois e às vezes três a quatro anos.⁴

Diante desse esclarecimento de Andrade, observamos que ele apresenta a seca nordestina em duas variantes de um mesmo problema: uma que ocorre todos os anos, entre os períodos chuvosos, e da qual o nordestino está adaptado, e a seca mais longa e danosa, em que essa ocorre quanto o período chuvoso é menor do que o esperado, assim a seca prolonga-se até por anos.

Essas informações são bastante importantes para entender como a seca ocorre e como ela pode ser combatida.

Os autores já citados apresentam a seca e suas características de uma maneira mais simples. Já os autores José Nilson B. Campos e Ticiania Marinho de Carvalho Studart, no artigo intitulado *Secas no Nordeste do Brasil: Origens, Causas e Soluções*, mostram de maneira bastante ampla como a seca nordestina se caracteriza e quais são os seus efeitos.

Os autores defendem que a seca pode ser interpretada de várias maneiras, quase que subjetivamente. Segundo eles:

O conceito de *seca* está intimamente relacionado ao ponto de vista do observador. Embora a causa primária das secas resida na insuficiência ou na irregularidade das precipitações pluviais, existe uma sequência de causas e efeitos no qual o efeito mais próximo de uma seca torna-se a causa de um outro efeito e esse efeito passa a ser denominado também de seca.⁵

Andrade afirmou que no nordeste existem dois tipos de seca: a anual e a periódica. Diferentemente dele, Campos e Studart dividem a seca nordestina em pelo menos quatro tipos

³ Ibid.

⁴ Ibid.

⁵ CAMPOS, José Nilson B; STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho. **Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções**. Universidade Federal do Ceará. (Paginação Irregular). Disponível em: <http://www.barramentos.ufc.br/Hometiciania/Arquivos/Publicacoes/Congressos/2001/Secas%20no%20Nordeste%20do%20Brasil_08%20de%20junho_def.pdf>. Acesso em: 13/01/2013.

de seca que estão interligadas. A primeira é a seca climatológica, que gera a seca edáfica. Esta gera a social. E por fim existe a seca hidrológica.

A seca climatológica, que desencadearia os outros processos “refere-se à ocorrência, em um dado espaço e tempo, de uma deficiência no total de chuvas em relação aos padrões normais que determinam as necessidades. Pode resultar em redução na produção agrícola e no fornecimento de água, seja para abastecimento, seja para outros usos.”⁶

A segunda, a seca edáfica:

Tem como causas básicas a insuficiência ou distribuição irregular das chuvas e pode ser identificada como uma deficiência da umidade, em termos do sistema radicular das plantas, que resulta em considerável redução da produção agrícola. Esse tipo de seca, associado à agricultura de sequeiro, é a que maiores impactos causa no Nordeste Semi-Árido. Os efeitos são conhecidos: severas perdas econômicas e grandes transtornos sociais como fome, migração e desagregação família. É a *seca social*.⁷ (CAMPOS, STUDART: p.03)

Portanto, a seca social seria caracterizada como as causas diretas da seca edáfica. Por fim, os autores apresentam a seca hidrológica. Este tipo de seca:

Pode ser entendida como a insuficiência de águas nos rios ou reservatórios para atendimento das demandas de águas já estabelecidas em uma dada região. Esse seca pode ser causada por uma sequência de anos com deficiência no escoamento superficial ou, também, por um mal gerenciamento dos recursos hídricos acumulados nos açudes. O resultado desse tipo de seca é o racionamento, ou colapso, em sistemas de abastecimento d'água das cidades ou áreas de irrigação.⁸

A partir dos relatos desses autores, entende-se que a seca nordestina não é um único fenômeno. Ela apresenta diferentes características, causas, consequências e também variados períodos de duração. Portanto, do mesmo modo que cada tipo de seca tem suas próprias causas e consequências, existem também formas específicas de combate. Assim, os órgãos governamentais incumbidos de combater esse problema, apresentam variados planos de atuação no combate à seca.

As variadas formas de combate aos fenômenos da seca serão vistas no segundo capítulo.

⁶ CAMPOS, José Nilson B; STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho. **Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções**. Universidade Federal do Ceará. (Paginação Irregular). Disponível em: <http://www.barramentos.ufc.br/Hometiciana/Arquivos/Publicacoes/Congressos/2001/Secas%20no%20Nordeste%20do%20Brasil_08%20de%20junho_def.pdf>. Acesso em: 13/01/2013.

⁷ Ibid.

⁸ Ibid.

1.2 A abrangência da seca

Como já foi dito anteriormente, os relatos da seca no Nordeste remontam às primeiras décadas da ocupação europeia. Assim, os habitantes do Nordeste, desde há muito convivem com esse fenômeno e seus efeitos. O fenômeno da seca é relacionado principalmente com o clima, e com a falta de chuvas. Mas, esse fenômeno da seca “contém uma significação bem mais ampla e complexa que a simples ausência ou irregularidade de chuvas. Transcende da mesma forma e amplamente aos episódios dos flagelos sociais”⁹.

Por modificar as condições climáticas e principalmente as precipitações, a seca conseqüentemente prejudica a agricultura e a pecuária, que durante muito tempo formaram a base da economia do semiárido nordestino. Mas não somente a falta d’água prejudicava as populações nordestinas, por muitas vezes o excesso dela também.

As alterações climáticas geram perdas na produção, e conseqüentemente graves problemas sociais, principalmente a alta do preço dos produtos.

1.2.1 O clima do Nordeste

É importante ressaltar que boa parte do Nordeste apresenta uma boa média anual de chuvas, o que para Manuel Domingos Neto, por si só seria o suficiente para garantir a produção agrícola e pecuária.

Este autor apresentou uma série de dados sobre os índices pluviométricos no Nordeste e Piauí durante a década de 1970.

Vejamos uma tabela com dados pluviométricos do Nordeste e um mapa do Piauí também com dados sobre as chuvas. Ambas as imagens encontram-se na obra de Manoel Domingos Neto.

⁹ NETO, Manoel Domingos. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2º ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987. p. 15.

Figura 1. Tabela com dados sobre as precipitações no Nordeste.

TABELA Nº 01

**NORDESTE - DISTRIBUIÇÃO NO ESPAÇO DAS
PRECIPITAÇÕES MÉDIAS ANUAIS**

PRECIPITAÇÕES MÉDIAS ANUAIS (mm)	% SOBRE A ÁREA TOTAL DO NORDESTE	
	Simple	Acumulado
> 1.000	31,39	31,89
750 a 1.000	19,53	51,42
500 a 750	36,95	88,37
250 a 500	11,38	99,75
< 250	0,25	100,00

FONTE: ANDRADE, Gilberto Osório de, **Alguns aspectos do quadro rural do nordeste**. Recife, SUDENE, D.P.E., 1977.

Fonte: NETO, Manoel Domingos. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2º ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987. p. 25.

Entre os principais dados relatos pelo autor estão que:

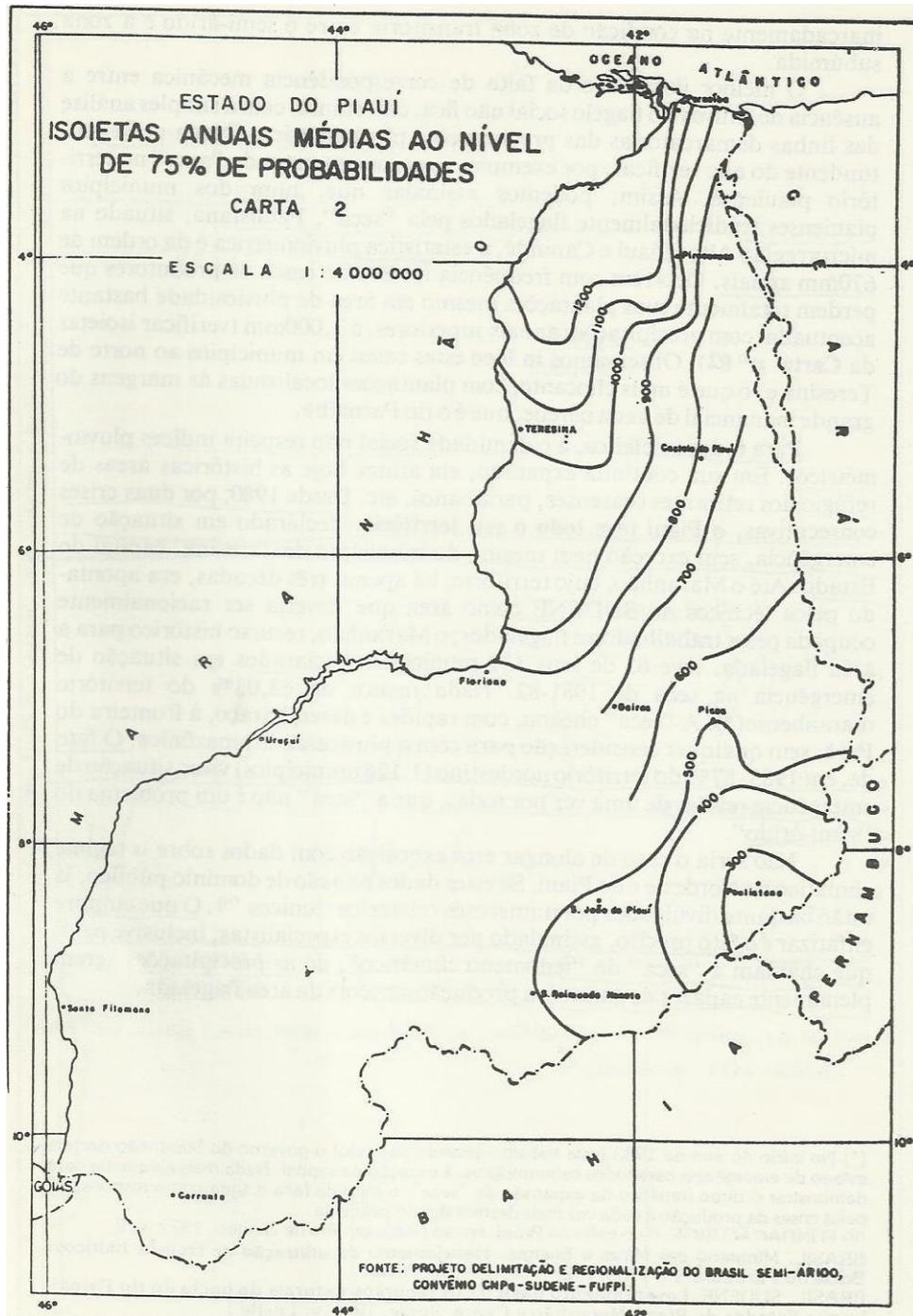
Apenas em 0,25% da Região se verifica uma precipitação inferior a 250mm anuais, enquanto há regiões agrícolas em diversos países onde as culturas se desenvolvem com precipitações de 100mm. Em mais da metade do território nordestino, a precipitação média anual varia ente 750 e 1.000mm, o que é um índice bastante satisfatório.¹⁰

Em relação ao Piauí, o autor afirma que: “os dados pluviométricos são mais muito mais favoráveis. Em cerca de 90% do território do Estado, a precipitação média anual é superior a 600 mm. Numa considerável parcela do território, as precipitações atingem mais de 1000mm anuais”.¹¹

¹⁰ NETO, Manoel Domingos. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2º ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987. p. 25.

¹¹ Ibid.

Figura 2. Mapa pluviométrico do Piauí.



Fonte: NETO, Manoel Domingos. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2° ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987. p. 15.

Ainda segundo Manoel Domingos Neto, “o fato de que em 1983, 87% do território nordestino viver situação de emergência revela, de uma vez por todas, que a “seca” não é um problema do semi-árido”.¹²

¹² NETO, Manoel Domingos. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2° ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987, p.27.

A partir desses dados, percebe-se que o autor tenta desmistificar a visão comum de que a região Nordeste é uma região seca, sem chuva. O autor mostra também, que o fenômeno da seca atinge até mesmo os municípios com boas médias de chuva, e não somente os do semiárido.

Contudo, o Nordeste, principalmente a região do semiárido nordestino e piauiense, apresenta uma irregularidade de chuvas. Chove-se muito em poucas horas e passam-se dias sem chuva. Esse tipo de fenômeno causa danos e prejuízos principalmente nas lavouras de subsistência, já que as plantas utilizadas para o consumo não estão tão adaptas ao clima, solo e principalmente as chuvas dispersas.

1.2.2 Vegetação: adaptação milenar e tentativa agrícola

Manoel Domingos Neto, conclui que “a rigor, esta é a mais abrangente e inapelável dimensão do problema da “seca”: a inadaptação ao meio ambiente do tipo de agricultura praticada na região”.¹³ Pois, “no Nordeste seco e em grande parte do território piauiense, a vegetação, em sua evolução milenar, atingiu um clímax de estabilização vital com o xerofilismo”¹⁴.

Exemplos desta adaptação milenar das plantas do semiárido são as plantas xerófilas. Estas plantas criaram e adaptaram mecanismos de sobrevivência para as regiões com poucas ou sem chuvas, devido à irregularidade das precipitações no nordeste. Entre as principais características presentes nestas plantas está uma menor evapotranspiração, e conseqüentemente uma menor perda de água, e também uma grande capacidade de acumulo d’água.

Já as plantas utilizadas pelos pequenos agricultores para consumo próprio, como o feijão e o milho, não estão totalmente adaptadas às variações climáticas do nordeste, principalmente do semiárido.

Ao contrário das plantas nativas do nordeste, adaptadas a grandes períodos com escassez de água, o feijão “possui grande sensibilidade à falta de água após a semeadura”.¹⁵ E, principalmente “a cultura do feijão requer boa disponibilidade de água no solo durante todo o

¹³ Ibid., p. 66.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ TÁVORA, Francisco José A. F.; DINIZ, Belísia Lúcia Moreira T. **Cultura do feijão comum**. Fortaleza: UFCE, 2006. (paginação irregular). Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAvDsAF/cultura-feijao>>. Acesso em: 13/01/2013.

ciclo, principalmente nas etapas de germinação/emergência, floração e enchimento do grão, as mais críticas com relação a este aspecto”¹⁶.

Mais especificamente, “a cultura exige um mínimo de 300 mm de precipitação pluviométrica bem distribuídos durante o ciclo”¹⁷. E também “requer boa disponibilidade de água no solo durante todo o ciclo, principalmente nas etapas de germinação/emergência, floração e enchimento do grão, as mais críticas com relação a este aspecto”¹⁸.

No caso da cultura do milho, “por razões principalmente econômicas, é plantado na maioria das áreas, no período chuvoso, ou seja, é uma cultura típica de sequeiro”¹⁹. Em relação à necessidade de água para garantir a colheita, “a literatura tem mostrado que as máximas produtividades ocorrem quando o consumo de água durante todo o ciclo está entre 500 e 800 mm e que a cultura exige um mínimo de 350-500 mm para que produza sem necessidade de irrigação”²⁰.

Outra característica da cultura do milho é que “embora o milho responda à interação de todos os fatores climáticos, pode-se considerar que a radiação solar, a precipitação e a temperatura são os de maior influência, pois atuam eficientemente nas atividades fisiológicas interferindo diretamente na produção de grãos e de matéria seca”²¹.

Como foi mostrado no tópico anterior, em mais da metade do Nordeste e do Piauí as precipitações medias anuais são consideradas satisfatórias, em várias regiões estão acima de 500 mm por ano. O que seria suficiente para garantir o cultivo do feijão e do milho, por exemplo. Porém, estas chuvas são irregulares e são mal distribuídas, afetando em muito a produção agrícola principalmente dos pequenos agricultores. Em seguida encontra-se uma imagem retirada do site INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que apresenta dados mais atualizados sobre as chuvas no Nordeste. Esses dados que mostram que a chuva por si só seria suficiente para garantir as lavouras de subsistência da maior parte do Nordeste.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ibid.

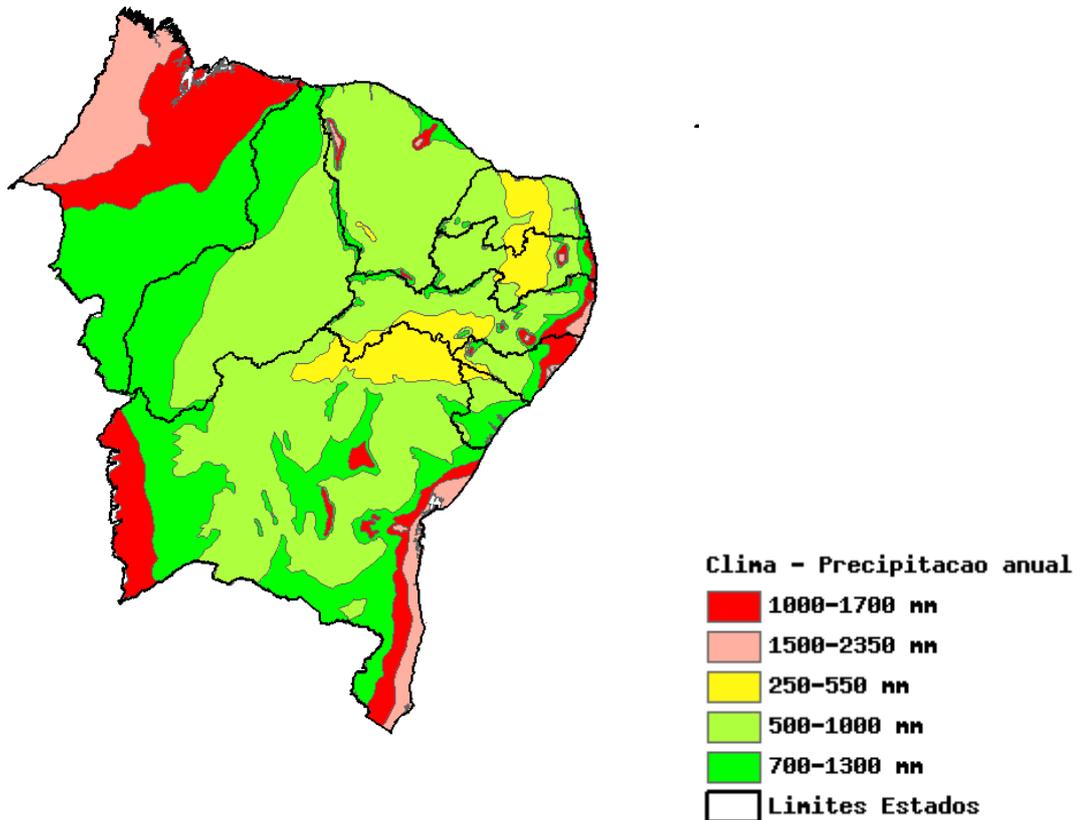
¹⁸ Ibid.

¹⁹ CRUZ, José Carlos (Org.). **Cultivo do Milho**. Sete Lagoas: EMBRAPA, 2006. (paginação irregular). Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho_2ed/index.htm>. Acesso em: 13/01/2013.

²⁰ Ibid.

²¹ Ibid.

Figura 3. Mapa com a média anual de precipitação no Nordeste.



Fonte: <http://www.nctn.crn2.inpe.br/terraviewweb/terraWeb/bin/terraWeb.html>.

Percebe-se então, que a seca, tanto a climatológica (déficit de chuvas) quanto à edáfica (falta de umidade no solo) prejudicam a agricultura nordestina, uma vez que os tipos de plantas utilizadas na lavoura requerem certa quantidade de chuvas e também estão menos adaptadas a escassez de água, do que as plantas nativas do Nordeste.

1.2.3 Alterações na economia e sociedades pela seca

A seca está relacionada principalmente ao clima, mas os seus efeitos recaem sobre as populações e a economia das áreas atingidas por esse fenômeno. Assim, além do seu caráter climático, a seca, apresenta um caráter socioeconômico.

Muitos autores defendem a tese que a seca está mais ligada às características socioeconômicas de um lugar do que com o clima. Como já foi dito, boa parte do Nordeste, mesmo a parte semiárida, apresenta uma média de chuvas suficiente para garantir a produção agrícola.

Mas por que, mesmo quando se tem boas chuvas, a seca ocorre?

O autor Manoel Domingos Neto em sua obra *Seca Seculorum*, afirma que “no Piauí o drama não vem do céu. A sociedade, tal como está organizada, é que não permite aos agricultores nordestinos tirar proveito”.²²

Então caberia dizer que o problema da “seca” no Piauí não está na falta d’água, e sim na sociedade e na irregularidade das chuvas.

Mas porque o problema está na organização da sociedade e na economia?

Durante séculos a base da sociedade e economia piauiense e também do interior nordestino estava na pecuária. Devido à criação de gado nas gigantescas e poucas fazendas, precisava-se de pouca mão-de-obra para exercer essa atividade. A população piauiense era bastante reduzida, e a base da alimentação era a carne bovina e produtos vindos das áreas florestais e de pequenas lavouras para autoconsumo.

Durante a economia pecuarista, dependia-se muito pouco da agricultura. Assim, quando ocorria um período de ausência ou maior irregularidade de chuvas, a perda na produção não era tão sentida pelas populações.

A partir do final do século XIX e início do século XX, o Piauí passou a viver uma espécie de transição da economia pecuarista para a economia extrativista.

O extrativismo, ao contrário da pecuária requeria uma maior mão-de-obra e conseqüentemente houve o aumento da população no Piauí, e para alimentar esse número maior de pessoas passou-se a depender cada vez mais da produção agrícola. Assim, as pequenas lavouras de subsistência passaram a formar, junto com extrativismo uma das bases da economia piauiense.

Esse conceito é reafirmado por Manoel Domingos Neto que diz:

Mas dificuldades mais importantes derivam do fato de o surto da borracha ter engendrado transformações de ordem estrutural na economia agrícola. Houve um crescimento substancial da mão-de-obra empregada no interior e na capital e a população havia praticamente dobrado em relação à seca de 1877.²³

Quanto maior o crescimento da economia, maior o crescimento da população. O que se percebe é que a seca atinge com maior intensidade as áreas com maior crescimento econômico e demográfico.

²² NETO, Manoel Domingos. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2º ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987. p. 29.

²³ NETO, Manoel Domingos. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2º ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987. p. 45.

Então, foi a partir de fins do século XIX, quando o Piauí passa a conviver com mudanças na sua estrutura socioeconômica, que a região fica cada vez mais suscetível ao fenômeno da seca.

Pode-se afirmar que com a consolidação dessa nova estrutura socioeconômica as catástrofes climáticas tornam-se cada vez mais frequentes no Piauí, pois “o clima não sofreu alterações substanciais, somente a organização socioeconômica. É esta, de fato, a responsável pelo surgimento e expansão da seca”.²⁴

Mesmo com o passar das décadas, situações semelhantes a essas se repetem no semiárido nordestino. Parte da população sem terras que vive na dependência de grandes proprietários e os pequenos agricultores são os que mais sofrem os efeitos das secas, sendo que estes são os que mais recorrem às políticas públicas do governo para sobreviver.

Sobre esta situação Renato Duarte afirma que “há muito se reconhece que as secas periódicas que castigam a zona semiárida do Nordeste assumem dimensões de calamidade pública devido à situação de pobreza em que vive a maior parte dos seus habitantes”. (Brasil. GTDN, 1967: p. 67; Duque, 1973: p. 33)²⁵ e que “a situação de pobreza em que vive a maioria da população do semi-árido encontra explicação, também, nas condições de posse e uso da terra prevaletentes naquela sub-região. A distribuição das terras no Nordeste é muito desigual [...]”²⁶.

Assim, percebe-se que a seca pode sim ser caracterizada como um fenômeno sócio econômico, pois desde o início do processo de colonização as populações do semiárido nordestino vêm sofrendo, com as perdas de lavouras, dependência de auxílio governamental e até recorrendo às migrações.

²⁴ Ibid., p.53.

²⁵ DUARTE, Renato. **Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil**. Buenos Aires: CLASCO, 2001. p. 426. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101030020924/16duarte.pdf>>. Acesso em: 13/01/2013.

²⁶ Ibid.

2 COMBATENDO À SECA E SEUS EFEITOS: ÓRGÃOS CRIADOS E MÉTODOS UTILIZADOS.

Neste segundo capítulo será abordado como ocorreu a intervenção por parte do poder público no combate e convivência com a seca no semiárido nordestino e piauiense. Mais especificamente será apresentado um histórico da intervenção pública, os principais órgãos criados e os principais métodos usados para este fim.

A partir da análise de alguns autores, fica claro que ao longo do histórico do combate às secas no Nordeste muitas tentativas de frear, conviver, ou até mesmo eliminar a seca e seus efeitos aconteceram. Até por isso, os órgãos e métodos criados e utilizados tinham posicionamentos e práticas diferentes quando o assunto era combater a seca.

Pode-se dividir a atuação do governo nessa área em duas políticas de visões diferentes: a política assistencialista e a política de desenvolvimento.

Até fins da década de 1950 e início da década de 1960, o combate à seca era principalmente de caráter assistencialista, por isso a intervenção governamental ficou conhecida por “política assistencialista”. Já, a partir da década de 60, há uma nova visão sobre o problema da seca no Nordeste, e conseqüentemente tentativas diferentes de combater esse fenômeno ocorrem, é a chamada “política de desenvolvimento”.

2.1 O começo da intervenção

O fenômeno da seca é percebido em território nordestino desde as primeiras décadas da colonização. Os relatos iniciais datam ainda do século XVI, ”sobretudo no interior da Bahia e Pernambuco, como registrou Fernão Cardin em 1583”¹. Já no Piauí, os primeiros relatos sobre a seca e seus efeitos são mais tardios em relação às demais províncias, sendo que “Pereira da Costa, em sua *Cronologia História do Estado do Piauí*, faz menção das secas nesta província nos anos de 1723 e 1792, as quais trouxeram prejuízos à lavoura e à criação de gado”².

Raul Senna de Caldas, afirma que a seca nordestina não foi um fenômeno totalmente inédito para os colonizadores europeus, principalmente portugueses e espanhóis, pois

¹ ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **O poder e a seca de (1877-1879) no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991. p. 34.

² Ibid., p. 36.

“Portugal e Espanha participam em vastas áreas de natureza seca do Norte da África e aos que para cá vieram eram familiar o fenômeno”.³

Levando em conta principalmente a “experiência” portuguesa em climas e solos mais áridos, o mesmo autor cita que “em um estudo interessante publicado na Revista da Faculdade de Engenheiro do Porto – Ezequiel de Campos mostra que passando do Norte ao Sul de Portugal, a agravando-se ainda mais o Sudeste, o clima se vai tornando cada vez mais árido”⁴.

O referido autor busca mostrar através destes relatos, que parte dos colonizadores que desembarcaram no Nordeste estava de certa forma habituados a climas e solos mais áridos, por isso o rápido avanço na ocupação do semiárido nordestino se comparado a outras áreas áridas do planeta.

Assim como os relatos sobre a ocorrência da seca no Nordeste datam do período colonial, as tentativas de combater esse fenômeno também começaram nesse período. O que vale ressaltar é que a intervenção governamental acontecia de forma tímida e indireta:

A ação do Governo, desde os tempos coloniais, se manifestava apenas pela distribuição tardia de socorro, quando a crise – atingido já o seu maior grau de intensidade – não permitia que esses socorros fossem dados com proveito para o Estado: gataavam-se somas avultadíssimas sem que obras de utilidade ficassem a atesta dos sacrifícios feitos.⁵

Esse tipo de ajuda acabava sendo apenas paliativa e não deixava benefícios futuros.

Em contrapartida, o posicionamento de Manuel Correia de Andrade a respeito da ajuda do governo no combate à seca é bem diferente do afirmado por Lyra, para Andrade: “no período colonial o governo da metrópole não desenvolveu qualquer política de combate aos efeitos da seca.”⁶ Pois, segundo Andrade, a falta de ajuda por parte do governo português ocorreu devido a distância entre colônia e metrópole, que além de dificultar um rápido apoio deixava o governo menos sensível com a situação dos súditos.

De todo modo, com pequena participação do governo durante o período colonial no combate à seca, Otto Guerra ressalta que “até a queda do Império e nos primeiros tempos da

³ CALDAS, Raul Senna de. Aspectos do problema das secas. In: ROSADO, Vingt-Un (Org.). **Memorial da Seca**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981. p. 174.

⁴ Ibid., p. 174-175

⁵ LYRA, Tavares de. As secas do Nordeste. In: ROSADO, Vingt-Un (Org.). **Memorial da Seca**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981. p. 47.

⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. **A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 6, n° 4, 1986. p. 127.

República, salva raras exceções, o que se havia realizado de combate às secas do Nordeste era devido à iniciativa privada”.⁷

Entre as exceções relatadas por Otto Guerra está a Grande Seca de 1877/79, que pode ser considerada uma das maiores catástrofes naturais da história brasileira.

Devido essa grande seca, a participação do governo torna-se direta e mais concreta. Assim, “é a partir de 1877 que o Governo Central passa a se preocupar mais diretamente com as questões da seca nas províncias do norte e no Ceará em particular”.⁸

Outro fator que contribuiu para uma maior atenção do governo imperial para com os efeitos da seca sobre a população nordestina é a mudança da relação entre os brasileiros e o governo:

No período imperial (1822-1889) a população sertaneja era mais numerosa e as autoridades nacionais mais sensíveis aos seus reclamos. Afinal, os sertanejos não eram colonos de um país distante, mas cidadãos do Império. Daí adotarem uma política de assistência às populações flageladas na ocasião de ocorrência das secas.⁹

Por essa ação governamental mais direta “a seca de 1877 representa um marco em vários sentidos. É a partir desse momento que a questão das ‘secas do norte’ ganha destaque no litoral e, sobretudo na capital do Império”.¹⁰

Além disso, a intervenção governamental no combate à seca torna-se importante, pois segundo Manoel Domingos Neto “a intervenção do Estado na zona flagelada pela seca tem se constituído num dos elementos mais importantes da dinâmica do fenômeno”.¹¹

Assim como em grande parte do Nordeste, no Piauí não é diferente, é a partir de 1877 que o governo local também passa a atuar diretamente no auxílio às populações afetadas pela seca, pois, mesmo com relatos anteriores de secas que causaram prejuízos à criação de gado e à agricultura, “a primeira grande crise de que se tem notícia é a de 1877”.¹²

Então, é a partir da segunda metade do século XIX que começa no Piauí a política assistencialista.

Essa assistência ocorria no Piauí e no restante da área afetada no Nordeste de maneira parecida. Até o final do século XIX principalmente durante o período de 1877/79, a política

⁷ GUERRA, Otto. A batalha das secas. In: ROSADO, Vingt-Um (Org.). **Memorial da Seca**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981. p. 221.

⁸ RIBEIRO, Rafael Winter. **Representações da natureza, administração pública e regionalização no Brasil semi-árido**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. (paginação irregular).

⁹ ANDRADE, Op. cit., p. 127.

¹⁰ RIBEIRO, Op. cit.

¹¹ NETO, Manoel Domingos. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2º ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987. p. 82.

¹² Ibid., p. 33.

assistencialista se estruturava principalmente em duas partes: a atuação das comissões de socorros públicos e elaboração de obras de infraestrutura, como açudes e poços.

As comissões de socorros atuavam na ajuda direta as populações afetadas pela seca, principalmente com a distribuição de alimentos, remédios e roupas.

Já a intervenção sob a bandeira de obras de infraestrutura, principalmente de açudes e poços é idealizada desde antes da grande seca de 1877, mas “não é nenhum erro afirmar que é somente a partir de 1877 que a discussão acerca da seca e do clima ganha relevo, sobretudo nas esferas do poder central, tendo em vista o fato de que é somente a partir dessa data que este começa a atuar sobre o problema”.¹³

A partir do final do século XIX, período que compreende a passagem do império para a república, o combate aos efeitos da seca tornou-se uma das pautas do governo, assim, esse combate tornou-se fixo, e não só quando a seca e seus efeitos estavam em curso. Portanto:

Com a proclamação da República (1889) e a transformação das províncias em estados federais, o poder local passou a ter uma maior influência na esfera federal e os estados do Nordeste passaram a pressionar o poder central no sentido de que se desenvolvesse uma política permanente de combate aos efeitos da seca. Dai a criação, em 1907, de uma Inspeção Federal de Obras contra as Secas que realizou uma série de estudos e desenvolveu uma política predominantemente hídrica.¹⁴

Além da IOCS, outros órgãos governamentais com o intuito de combater as causas e os efeitos da seca foram criados. Entre os principais estão o Banco do Nordeste do Brasil e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Estes e outros órgãos serão abordados no decorrer do capítulo.

2.2 A Política Assistencialista

Há de ressaltar que as principais ações governamentais, começaram a partir do ano de 1877, ano de início de uma das maiores catástrofes naturais da história brasileira, que ficou conhecida como a “Grande Seca”. Nesse primeiro momento e muito comumente em outros, as

¹³ RIBEIRO, Rafael Winter. **Representações da natureza, administração pública e regionalização no Brasil semi-árido**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. (paginação irregular).

¹⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. **A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 6, n° 4, 1986. p. 127.

ações governamentais realizaram-se “através da construção de açudes e das comissões de socorros às vítimas de grandes calamidades naturais.”¹⁵

As comissões de socorros públicos, que já foram explanadas anteriormente, estão entre as primeiras providencias governamentais no combate à seca, mas as mesmas como o nome diz, estavam mais para o auxílio às populações já afetadas por esse fenômeno. O trabalho dessas comissões era em grande parte a distribuição de alimentos, roupas e remédios às pessoas afetadas.

Como dito anteriormente, considera-se o ano de 1877, como ano de início das ações governamentais no combate à seca, mesmo que de forma mais branda.

Contudo, é a partir do século XX e com os primeiros anos da república, que as providencias oficiais começam. Entres essas providencias está a criação de órgãos especiais voltados ao estudo e combate à seca.

É durante o governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), que é criada “em 1904, a ‘Comissão de Açudes e Irrigação’ com sede no Ceará, organizada a 2 de maio”¹⁶. Esta comissão como o nome diz, estava destinada a elaborar e realizar projetos destinados à retenção e distribuição de água nas áreas afetadas pela seca.

Esta comissão foi um dos órgãos criados no início da república com a função de estudar e combater a seca e seus efeitos. Como dito anteriormente, será apresentado no decorrer do capítulo os principais órgãos e métodos criados para este fim.

2.2.1 Solução Hidráulica

Embora a seca seja um fenômeno plural, com várias características, causas, tipos e consequências, ela é vista principalmente como a falta d’água em determinado território. Essa visão é compartilhada tanto pela esfera pública quanto pelas populações que sofrem com o fenômeno. Ora, se não chove, se o rio seca, se não há água disponível, o que deve ser feito? Conseguir água! Esta resposta simples é o que representa bem a principal vertente de atuação do governo no combate à seca no semiárido nordestino: disponibilizar água.

Disponibilizar água para as populações, lavouras e criações é o que o governo vem tentando fazer desde o início do processo de combate e convivência com a seca. Desde fins do

¹⁵ SOUSA, Valfrido Viana de. **Piauí: Aposamento, Integração e Desenvolvimento (1684-1877)**. p. 19. Disponível em: <http://pos-historia.historia.ufg.br/uploads/113/original_43_ValfridoSousa_PiauiAposamentoIntegracao.pdf>.

¹⁶ GUERRA, Otto. A Batalha das Secas. In: ROSADO, Vingt-Un. **Memorial da Seca**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981. p. 224.

século XIX com a grande seca de 1877-1879, até os dias atuais este método que ficou conhecido como *solução hidráulica* vem sendo colocado em prática.

Conhecido também como método de *açudagem*, ele vem ocasionando debates e análises de como deve ser realizado. Segundo Ribeiro, desde os tempos do império ocorriam debates sobre a melhor maneira de se utilizar o potencial hidráulico e a disponibilidade de água para acabar ou pelo menos amenizar os efeitos da seca, assim:

Para alguns, a função principal dos açudes seriam prover água para consumo doméstico e do gado e umidade para a vegetação e lavouras próximas. Para outros, deveriam funcionar como alimentadores dos canais de irrigação para a lavoura. Os primeiros recomendam fundamentalmente a construção de uma série de pequenos açudes, enquanto os segundos preferem a construção de poucos, mas grandes açudes¹⁷.

Segundo Caldas, a utilização dos açudes na retenção de água é uma prática que os portugueses trouxeram ao Brasil. Ainda segundo o autor, essa prática portuguesa imitada dos árabes. (CALDAS). Essa teoria levantada por Caldas torna-se ainda mais interessante ao saber que o termo português açude, é derivado do termo árabe *as-sudá*.¹⁸

A utilização dos açudes, no combate à seca no Nordeste, é um dos principais métodos utilizados pelo governo no combate à seca no semiárido nordestino. Não foram poucos os açudes construídos no Nordeste. Segundo Neto até a década de 1980, cerca de 70 mil açudes foram construídos. Somando todos os açudes, tinha-se uma capacidade de armazenamento de 20 milhões de metros cúbicos. Segundo o autor, “não há proeza semelhante em qualquer outra região do mundo”.¹⁹

No Piauí, a construção de açudes e poços foi bem menor do que nos outros estados do Nordeste seco, talvez pelo fato do Piauí possuir uma boa quantidade de água subterrânea e de rios perenes em relação ao restante do Nordeste. O que se pode concluir é que “a solução hidráulica, no que concerne especificamente à ampliação da oferta de água, repercutiu muito pouco no Piauí.”²⁰

Tendo sido uma ação positiva ou negativa, a construção de açudes deixou grande marca na sociedade nordestina, pois as populações ficavam na dependência da água contida nesses açudes. E as terras que continha, um grande reservatório eram muito valorizadas, tanto

¹⁷ RIBEIRO, Rafael Winter. **Representações da natureza, administração pública e regionalização no Brasil semi-árido**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. (paginação irregular).

¹⁸ Dicionário Árabe-Português. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/a%C3%A7ude/>>. Acesso em: 12/01/2013.

¹⁹ NETO, Manoel Domingos. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2º ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987. p. 86.

²⁰ Ibid.

que “quem pode, tem pelo menos um reservatório na sua propriedade, bem certo de que, ‘no sertão, vale mais deixar a família um bom açude do que rico e belo palácio’”²¹.

Dentro desse contexto de disponibilização de água para as populações nordestinas, cabe destacar outro método que também vem sendo debatido há muito tempo: a transposição do rio São Francisco.

Para os autores Campos e Studart, “a ideia da transposição das águas do rio São Francisco remonta a 1847 quando o Dr. Marco Antônio Macedo a defendeu, no Parlamento, como um meio de combater as secas.”²² Esta seria uma ideia não oficial. Já para Neto, “foi em 1865 que, pela primeira vez, ‘comissão científica’ oficialmente nomeada pelo Governo Imperial para os estudos das medidas contra a ‘seca’ propôs esta ideia.”²³ Ainda segundo o autor, a proposta de transposição do rio São Francisco “é a reafirmação do vigor da ‘solução hidráulica.’”²⁴

2.2.2 As Frentes de Serviço

Devido à açudagem ou solução hidráulica, havia grande necessidade de mão-de-obra para a realização das obras. Por isso, alguns autores como Neto afirmam que “estas duas iniciativas sempre se confundiam em toda a história da intervenção do Estado na ‘seca’. Sempre foram simultâneas, sempre tiveram a mesma motivação e atenderam aos mesmos interesses.”²⁵

Quando a seca tornava-se grave o suficiente para acabar com a produção agrícola e pecuária, as populações que dependiam desses setores ficavam sem alimento e sem trabalho, havia então uma crise não só climática, mas econômica e social. Milhares de pessoas ficavam dependentes da ajuda do governo: distribuição de alimentos, roupas, remédios, etc. Era então necessária toda uma estrutura para que esse auxílio chegasse de maneira mais rápida e eficaz,

²¹ GUERRA, Otto. A Batalha das Secas. In: ROSADO, Vingt-Un. **Memorial da Seca**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981. p. 284.

²² CAMPOS, José Nilson B; STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho. **Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções**. Universidade Federal do Ceará. (Paginação Irregular). Disponível em: <http://www.barramentos.ufc.br/Hometiciana/Arquivos/Publicacoes/Congressos/2001/Secas%20no%20Nordeste%20do%20Brasil_08%20de%20junho_def.pdf>. Acesso em: 13/01/2013.

²³ NETO, Manoel Domingos. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2º ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987. p. 85.

²⁴ Ibid., p. 84.

²⁵ Ibid., p. 91.

assim utilizando-se dessa mão-de-obra disponível, o governo lançou a construção de rodovias ligando as capitais e principais cidades do Nordeste ao sertão seco.²⁶

A essa utilização da mão-de-obra das populações do semiárido nordestino nos períodos de crise, dava-se o nome de frentes de serviço ou frentes de emergência. Segundo Andrade, “a vantagem dessa política é que dava trabalho aos sertanejos na própria área seca, evitando que eles se deslocassem para o litoral e congestionassem as grandes cidades, ameaçando-as de saques, de doenças e de dificuldades de abastecimento.”²⁷

Neto afirma ainda que “As ‘frentes de emergência’ representariam ações típicas, pontuais, para momentos determinados, onde o fundamental seria assegurar a sobrevivência da população. A ‘frente de serviço’ teria, assim, um caráter típico de ação assistencialista/emergencial.”²⁸

Essas frentes de serviço eram, segundo Andrade, uma “concentração de trabalhadores, homens e mulheres, em determinados pontos onde se construíam obras, como estradas, açudes, pontes, etc. que iam beneficiar os proprietários.”²⁹ No terceiro capítulo as frentes de serviço serão abordadas de maneira mais detalhada.

2.2.3 Métodos não convencionais

Durante todo o período de combate às secas, vários métodos e técnicas foram apresentados, discutidos e postos em prática. Dentre esses, alguns que podem ser considerados métodos não convencionais existiram. Abre-se esse pequeno parêntese para serem apresentadas algumas tentativas exóticas para melhorar a situação da população, economia e sociedade.

Segundo Neto, alguns métodos ou ideias chegavam a ser inexequíveis, devido a sua excentricidade. Ainda segundo o autor:

Algumas delas chegaram a entrar para o folclore dos ‘cientistas da seca’, como aquela em que o sábio, após grandes estudos sobre a adaptabilidade do abacateiro no meio nordestino, propôs a substituição da caatinga por um imenso canteiro de abacates. Não faltaram argumentos vibrantes sobre o teor nutritivo dessa fruta.³⁰

²⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. **A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 6, n° 4, 1986. p. 127.

²⁷ Ibid.

²⁸ NETO, Op. cit.

²⁹ ANDRADE, Op. cit., p.129.

³⁰ NETO, Op. cit., p.85.

Na obra dos autores Campos e Studart, há outro exemplo bastante interessante: a tentativa de se utilizar camelos ou dromedários no semiárido nordestino. Como estes animais estão adaptados a regiões desérticas e com pouquíssima oferta de água, ocorreria uma fácil adaptação deles no semiárido nordestino, cujo clima é seco, mas não tanto quanto o de um deserto. Na ocorrência de uma grande seca, onde os animais de carga morreriam devido à falta d'água, esses camelos e dromedários seriam bastante úteis no transporte de água, alimentos e da população.

Esta tentativa de fato ocorreu, ainda no século XIX, no início do processo de intervenção governamental no combate à seca. Para isso, “foram trazidos ao Estado vários camelos e quatro árabes, encarregados de cuidar da aclimação dos dromedários.”³¹

A tentativa não vingou, devido alguns fatores, como:

Os árabes eram bons conhecedores dos camelos, porém maus conhecedores dos recursos da Região, o que levou ao insucesso; Os nativos da Região Nordeste conheciam bem os recursos da Região, porém desconheciam as características e necessidades dos camelos; Não houve soma de conhecimento entre nativos e árabes, o que tornou a aclimação, já naturalmente difícil, em um desastre e peça do folclore nordestino.³²

2.2.4 “Obras contra as secas”

Falar do combate á seca no Nordeste, é falar de vários órgãos que atuam nesse contexto, sendo que muitos desses órgãos foram criados especificamente para este fim.

Em 21 de outubro de 1909 a partir do decreto n° 7.619 era criada:

Uma divisão especial no Ministério da Viação e Obras Públicas, intitulada ‘Inspetoria de Obras Contra as Secas’, com a finalidade explícita de centralizar e unificar a direção dos serviços, em toda a zona assolada pelas secas, visando, ao mesmo tempo, a execução de um plano, bastante amplo, de combate aos efeitos das irregularidades climáticas.³³

Devido a sua importância, a IOCS é elevada à categoria de inspetoria federal a partir do decreto n° 13.687 de 1919, passando assim a ser chamada de IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.

³¹ CAMPOS, José Nilson B; STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho. **Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções**. Universidade Federal do Ceará. (Paginação Irregular). Disponível em: <http://www.barramentos.ufc.br/Hometiciana/Arquivos/Publicacoes/Congressos/2001/Secas%20no%20Nordeste%20do%20Brasil_08%20de%20junho_def.pdf>. Acesso em: 13/01/2013.

³² Ibid.

³³ GUERRA, Otto. A Batalha das Secas. In: ROSADO, Vingt-Un. **Memorial da Seca**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981. p. 228.

Posteriormente, a inspetoria federal passa a ser um departamento. Portanto, a partir do decreto lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945, a IFOCS passava a ser denominada DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Entre as principais funções desses órgãos, desde ICOS até DNOCS, estava a construção de açudes e poços, reafirmando a visão do governo de que o armazenamento e distribuição de água é a melhor forma de combater os efeitos da seca e melhorar a situação das populações afetadas por esse fenômeno.

Portanto, nesse contexto durante “o longo governo Getúlio Vargas (1930-1945) preservou a lógica vigente de construção de açudes como antídoto contra as secas. Como novidade, houve a intensificação da construção de rodovias cortando a região, principalmente os sertões, também sob o encargo do órgão.”³⁴

Segundo Pomponet:

Somente na década de 1950 se tentou abandonar o conceito de “combater” as secas e adotar a filosofia da convivência com seus efeitos, deslocando a abordagem da questão da dimensão climática para a econômica e social. Infelizmente, a longa ditadura que se seguiu terminou por sufocar essa discussão, que incluía o tema crucial da reforma agrária. Assim, o DNOCS permaneceu executando obras que pouco impacto tinham sobre a população mais carente que não dispunha de meios de produção para se beneficiar com essas realizações, muitas vezes de uso exclusivo dos poderosos locais.³⁵

Assim, criado com a função de combater, hoje a principal função do DNOCS é ser um “instrumento estratégico na execução de políticas de convivência com as secas.”³⁶

Esta mudança de visão do DNOCS: conviver em vez de combater, e enxergar que a seca vai além de um problema climático, passando a ser vista como um problema social. Mostra uma nova maneira de o governo tratar a seca. Este é o começo de uma nova fase na temática da intervenção do governo na seca, é o início da política de desenvolvimento.

2.3 A Política de Desenvolvimento

Como dito anteriormente, pode-se dividir a intervenção governamental no Nordeste em dois períodos ou políticas: a política assistencialista e a política de desenvolvimento. Alguns autores afirmam que esse marco divisório ocorreu na década de 1950, outros na década de 1960. Fato é que desde a década de 1940 uma série de órgãos foram criados com o

³⁴ POMPONET, André Silva. **100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas.** p.60. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162_pag_58.pdf>. Acesso em: 14/01/2013.

³⁵ Ibid., p.58.

³⁶ Ibid.

intuito de desenvolver a economia e melhorar as condições de vida dos nordestinos. Nesse tópico serão mostrados os principais órgãos criados com esse intuito: desenvolver o Nordeste.

É com essa mudança de posicionamento, de somente assistir em momentos críticos e combater às secas, para desenvolver a economia e a sociedade e tentar conviver com a seca, que começa uma nova política no Nordeste: a política de desenvolvimento.

2.3.1 Continuidade e novos órgãos para desenvolver o Nordeste

Como dito anteriormente, a partir da década de 1940 o governo inicia um processo de criação de órgãos e empresas públicas com a missão de desenvolver a economia, e melhorar as condições de vida das populações do Nordeste. Vejamos os principais órgãos e empresas criados com essa função.

A *CHESF* (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), “foi criada durante o Estado Novo, pelo presidente Getúlio Vargas através do Decreto-Lei nº 8.031 de 03 de outubro de 1945.”³⁷ A sua missão é “produzir, transmitir e comercializar energia elétrica para a região Nordeste do Brasil.”³⁸

O *DNOCS* (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), um dos órgãos mais antigos a atuar diretamente nos momentos de crise no Nordeste, a partir da década de 1950 passa por uma mudança. Sua nova missão é ajudar as populações nordestinas a conviver com a seca, para isso, através do *DNOCS* “foram construídos nos sertões do semi-árido, as estradas, os açudes, as linhas de transmissão de energia, os sistemas de abastecimento d’água e, em tempo mais recentes, a irrigação e incremento de espécies piscícolas.”³⁹

Inicialmente como *CVFS* (Comissão do Vale do São Francisco), criada pela Lei nº 541 de 15 de dezembro de 1948, posteriormente como *SUVALE* (Superintendência do Vale do São Francisco), criada pelo Decreto-Lei nº 292 de 28 de fevereiro de 1967, e por fim, como *CODEVASF* (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba), instituída pela Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974. A *CODEVASF* tem como missão “à geração de emprego e renda, à redução dos fluxos migratórios e dos efeitos econômicos e sociais decorrentes das secas e inundações e, ainda, a preservação dos recursos naturais dessas

³⁷ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/CHESF>>. Acesso em: 14/01/2013.

³⁸ SILVA, Jislaine Lima da; SILVA, Lilian Oliveira. **O homem sertanejo e as políticas públicas**. Universidade Federal de Sergipe. p.03.

³⁹ Ibid.

bacias hidrográficas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes das regiões.⁴⁰

O *BNB* (Banco do Nordeste do Brasil) foi criado pela Lei nº 1.649 de 19 de junho de 1952, no então governo do presidente Getúlio Vargas. O *BNB* atua em todos os estados da região Nordeste, além da região norte de Minas Gerais e Espírito Santo. O banco tem como objetivo fomentar o desenvolvimento da região Nordeste que, assolada pelas constantes secas e pela escassez de recursos estáveis, carecia de um organismo financeiro capaz de estimular sua economia.⁴¹

A partir da Lei Delegada nº 06 de 26 de setembro de 1962 foi criada a COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), e da Lei Delegada nº 07 da mesma data foi criada a CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenamento). Tempos depois, da junção dessas empresas surgiu a *CONAB* (Companhia Nacional do Abastecimento). Entre as principais funções da *CONAB* estão: acompanhar o produtor em todas as etapas do cultivo, garantir preços mínimos para a venda e estimular a produção. Outra função bastante importante é comprar produtos agrícolas, formar estoques e vendê-los na hora certa para regularização do mercado consumidor.⁴²

2.3.2 “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”

No final da década de 1950 durante o governo do presidente JK, acontece o que muitos autores colocam como um marco na história e economia nordestina: a instituição do GTDN e da SUDENE. Vamos conhecer um pouco sobre eles.

Criado a partir do Decreto-Lei nº 10.554 de 14 de dezembro de 1956, o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) inicia “um processo de análise e avaliação da economia do Nordeste”. Em 1959, com a conclusão da análise da economia da região é apresentado um relatório intitulado *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*.

Sobre o relatório do GTDN, Nascimento afirma que ele foi:

Uma tentativa de diminuir as disparidades e a miséria da região, o qual era composto por uma análise da situação econômica da região e a sugestão de um Plano de Ação para tentar solucionar os problemas existentes. O relatório

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/empresa/DefaultPage>>. Acesso em: 14/01/2013.

⁴¹ Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/O_Banco/Historico/gerados/hist_principal.asp>. Acesso em: 14/01/2013.

⁴² Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conab-quemSomos.php?a=11&t=1>>. Acesso em: 14/01/2013.

apontava os principais indicadores para justificar o subdesenvolvimento do Nordeste.⁴³

O principal problema apontado pelo relatório do GTDN era “a disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país.”⁴⁴ (NASCIMENTO)

Conhecido o problema, o GTDN indicava o que devia ser feito para melhorar a situação da economia e da sociedade nordestina. O chamado Plano de Ação pedia a:

Intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; Transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada; Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estavam em condições de receber os excedentes populacionais criados pela organização da economia da faixa semi-árida.⁴⁵

Com a apresentação do relatório do GTDN: *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* em 1959 indicando o que devia ser feito para o crescimento da economia do Nordeste, havia a necessidade da criação de um órgão que fizesse essa função. Assim, no mesmo ano dá-se a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE. Este órgão instituído pela Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959.

A criação desse órgão, “representou uma das conquistas mais importantes do povo brasileiro, na história recente de nosso país, porque deu início a uma nova era, marcada pela incorporação progressiva da Região Nordeste.”⁴⁶

Como pretendia a relatório do GTDN e o Plano de Ação lançado pelo grupo, a SUDENE foi instituída “com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região, já que havia uma grande disparidade econômica do Nordeste em relação ao Centro-Sul.”⁴⁷

Nascimento confirma essa necessidade de um órgão de regulamentasse a desenvolvimento econômico e social da região nordeste, a autora afirma que:

Diante das manifestações dos conflitos sociais, foi necessária a intervenção do Estado por meio do planejamento governamental, e em 1959 se deu a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),

⁴³ NASCIMENTO, Ana Lourdes Fernandes. **SUDENE: criação e atuação. A região Nordeste e a intervenção governamental nas décadas de 1960 e 1970.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. p. 04. Disponível em: <<http://ccsa.ufrn.br/seminario2010/anais/artigos/gt8-18.pdf>>. Acesso em: 14/01/2013.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Ibid., p. 05.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/sudene>>. Acesso em: 14/01/2013.

⁴⁷ SILVA, Jislaine Lima da; SILVA, Lilian Oliveira. **O homem sertanejo e as políticas públicas.** Universidade Federal de Sergipe. p.03.

que visava à coordenação das ações do Governo Federal com os seguintes objetivos: implementar a industrialização na Região e resolver os problemas agrícolas do Nordeste, agravados pela ocorrência das secas.⁴⁸

2.3.3 Os projetos do governo militar

Neste tópico será mostrado a influencia que o governo militar exerceu na intervenção do Nordeste e as principais tentativas de melhorar a situação da economia e sociedade nordestina.

Os programas e projetos implantados pelo governo militar que tiveram maior incentivo por parte do próprio governo ocorreram na década de 1970. Entre eles destacaram-se três: PROTERRA, POLONORDESTE e o Projeto Sertanejo.

Em 1971 surgiu o *Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste*, o Proterra. Este programa tinha “o objetivo de promover uma reforma agrária pacífica no Nordeste, pela compra de terra de fazendeiros, de modo espontâneo e por preço de mercado.”⁴⁹

Em 1974, “foi instituído o *Programa de Desenvolvimento de Terras Integradas do Nordeste* (Polonordeste), para promover a modernização da agropecuária em áreas selecionadas da região.”⁵⁰

O último dos grandes projetos da década de 1970 implantado pelo regime militar foi o *Projeto Sertanejo*. Este projeto foi “lançado em 1976, viria atuar nas áreas do semi-árido visando a tornar a sua economia mais resistente aos efeitos da seca, pela associação entre agricultura irrigada e agricultura seca.”⁵¹

Autores que abordam a intervenção governamental sobre a seca afirmam que o golpe militar de 1964 atrapalhou a nova política de desenvolvimento do Nordeste, pois os órgãos como a SUDENE e os mais antigos como o DNOCS perderam a sua autonomia. Além de que os planos e projetos lançados pelo regime militar como o Proterra, o Polonordeste e o Projeto Sertanejo não modificaram o quadro político e socioeconômico existente no Nordeste. Pode-

⁴⁸ NASCIMENTO, Ana Lourdes Fernandes. **SUDENE: criação e atuação. A região Nordeste e a intervenção governamental nas décadas de 1960 e 1970.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. p. 02. Disponível em: <<http://ccsa.ufrn.br/seminario2010/anais/artigos/gt8-18.pdf>>. Acesso em: 14/01/2013.

⁴⁹ GASPAR, Lúcia. **Seca no Nordeste Brasileiro.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=418&Itemid=1>. Acesso em: 14/01/2013. (paginação irregular).

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Ibid.

se afirmar que houve certo retrocesso, pois a nova política de desenvolvimento foi deixada de lado, enquanto a política assistencialista voltava à cena, quando a crise chegava ao seu auge.

A partir da década de 1980 com o fim do regime militar, a política de desenvolvimento foi aos poucos tomando caminho.

Sobre a tentativa do governo de melhorar a situação da população nordestina, seja como assistência, seja como desenvolvimento, cabe aqui ressaltar que acima de tudo “essas políticas públicas visavam proporcionar uma melhoria para o sertanejo que sabe que seca chega, mas não sabe como reverter essa situação e essas políticas tentam amenizar os impactos que este homem tão sofrido enfrenta todos os anos.”⁵²

⁵² SILVA, Jislaine Lima da; SILVA, Lilian Oliveira. **O homem sertanejo e as políticas públicas**. Universidade Federal de Sergipe. p.03.

3 A FRENTE DE EMERGÊNCIA EM PICOS NA DÉCADA DE 1980

Como não poderia deixar de acontecer, as políticas voltadas ao combate à seca e a melhoria de vida das populações afetadas por ela, repercutiram também na cidade de Picos – PI.

Busca-se nesse capítulo apresentar como ocorreu a assistência governamental em Picos na década de 1980, e quais os principais métodos utilizados para este fim.

Como este capítulo busca apresentar informações sobre um tema mais específico e local, as informações coletadas para tal, também seguiram o mesmo padrão. Assim, foram realizadas entrevistas com pessoas que vivenciaram o período e participaram das chamadas Frentes de Emergência que ocorrem em Picos. Também foram coletados dados no 3º BEC (Batalhão de Engenharia de Construção) sediado na cidade de Picos, que foi corresponsável pelas obras realizadas, como veremos adiante.

3.1 Picos: dados e características.

Figura 4. Localização da cidade de Picos (em destaque).



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Piaui_Municip_Picos.svg.

Figura 5. Vista parcial da cidade de Picos.



Fonte: http://www.citybrazil.com.br/arquivos/imagens/galfotos/gf_800_00011734.jpg

Como este capítulo busca apresentar o combate à seca em Picos-PI na década de 1980, devemos primeiramente conhecer o local onde esses fatos ocorreram.

Conhecida atualmente como a “Capital do Mel”, Picos é a terceira cidade mais populosa do Piauí (população estimada em 73.414 habitantes segundo o Censo de 2010)¹. O começo da ocupação da região de Picos remonta tempos pré-coloniais, pois há na região a presença de sítios arqueológicos (não cadastrados e estudados) que possivelmente mostram a presença de populações indígenas. O início da ocupação da região por outros colonizadores data do século XVIII, com a instalação de fazendas de gado às margens do Rio Guaribas.

A economia da cidade é baseada nos setores de comércio e prestação de serviços. A feira-livre da cidade é uma das maiores do Nordeste, atraindo milhares de pessoas de outras cidades e estados diariamente para Picos.

Vale a pena também relatar uma das principais características da cidade, e que dá nome à própria cidade: os picos e montes que cercam toda a extensão de Picos.

¹ Censo de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=220800#>>. Acesso em 16/02/2013.

3.2 União: Exército e governo juntos no combate à seca em Picos

A partir da análise de documentos e fotografias pertencentes ao arquivo do 3º BEC (Batalhão de Engenharia de Construção), foi possível constatar que no período compreendido na década de 1980, as obras construídas dentro do contexto de combate ou convivência com as secas, realizaram-se através de uma espécie de parceria entre o governo, representado pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e o Exército, representado pelo 3º BEC.

A SUDENE, como um órgão responsável pelo desenvolvimento econômico e social do Nordeste conseguia e liberava as verbas necessárias para a construção das obras, e o 3º BEC, coordenava e realizava a construção. Em vários documentos e fotografias esta parceria ficava evidenciada, como no Plano Global de Ação para a construção da Barragem/Açude de Bocaina e em placas de inauguração de obras construídas no Nordeste (figuras 5 e 6).

Figura 6. Placa com dados sobre a construção do açude São Gonçalo



Fonte: Acervo do 3º BEC.

Figura 7. Placa com dados sobre a construção de um açude.



Fonte: Acervo do 3º BEC.

Antes de apresentar mais detalhadamente os dados referentes às obras realizadas na década de 1980 na região de Picos, apresentarei um pouco da história do 3º BEC sediado na cidade de Picos.

3.2.1 Batalhão Visconde da Parnaíba

O 3º BEC (Batalhão de Engenharia de Construção) foi criado através do Decreto nº 42.921 de 30 de dezembro de 1957. A nova unidade instalou-se primeiramente na cidade de Natal-RN em 31 de março de 1958.

Posteriormente, em 20 de outubro de 1970, a sede do 3º BEC foi transferida para a cidade de Picos-PI, onde se encontra até hoje, por meio do Decreto nº 67.423.

Até o ano de 1980, o trabalho realizado pelo 3º BEC tanto no Rio Grande do Norte, quanto no Piauí, era a construção e manutenção de estradas. Mas, a partir do ano de 1981 novas funções são instituídas ao Batalhão, como a realização de obras de irrigação, construção de poços, e, principalmente a construção de açudes e barragens.

No dia 13 de outubro do ano 2000 é concedido ao 3º BEC, através da portaria nº 536, o Estandarte Histórico e a denominação de Batalhão Visconde da Parnaíba, homenageando

Manoel de Sousa Martins, que proclamou a adesão do Piauí à independência do Brasil. Essa homenagem serviu para consolidar a relação do 3º BEC com o povo piauiense².

Figura 8. Fachada do 3º BEC



Fonte: Acervo pessoal de Bruno Santos Luz.

Figura 9. Fachada do 3º BEC



Fonte: Acervo pessoal de Bruno Santos Luz.

² Informações coletadas no site do 3º BEC. Disponível em: <http://www.3becnst.eb.mil.br/historico_unidade.htm>. Acesso em: 16/02/2013.

No segundo capítulo foi apresentado a SUDENE e, agora apresentado o 3º BEC, dois dos principais responsáveis pelas obras de infraestrutura no combate e convivência com as secas na década de 1980 em Picos.

3.2.2 Obras realizadas na década de 1980

Como dito anteriormente, foram coletadas informações no arquivo do 3º BEC sobre as obras realizadas em Picos na década de 1980.

A partir da análise de documentos, foi possível constatar a construção de 80 açudes na década de 1980. Estes açudes foram construídos em quatro estados do Nordeste, Ceará, Paraíba, Pernambuco e no Piauí. Isso mostra que a área de atuação do 3º BEC não se restringia somente a cidade de Picos, sua sede, ou o estado do Piauí.

Figura 10. Trabalhadores do açude Aparecida em Picos-PI.



Fonte: Acervo do 3º BEC.

Em seguida encontram-se tabelas onde se podem visualizar os dados básicos coletados sobre os açudes construídos na década de 1980.

Tabela 1. Açudes construídos no Piauí na década de 1980.

CIDADE/LOCAL	AÇUDE/BARRAGEM	DATA DA CONSTRUÇÃO
Bocaina	Bocaina	1981-1985
Jaicós	Campo Grande	1983
Jaicós	Craúnas	1983
Jaicós	Data	1983
Jaicós	Tiririca	1981-1984
Monsenhor Hipólito	Aroiras	1983
Monsenhor Hipólito	Mandacaru	1983
Monsenhor Hipólito	Mearim	1983
Monsenhor Hipólito	Morrinhos	1983
Monsenhor Hipólito	Serra Velha	1983
Monsenhor Hipólito	Sítio	1983
Padre Marcos	Riacho do Padre	1983
Picos	Aparecida	1983
Picos	Angico Branco	1983
Picos	Fátima do Piauí	1983
Pio IX	Angicos	1983
Pio IX	Cadoi	1983
Pio IX	Massapê	1983
Pio IX	Pedra Branca	1983
Pio IX	Quixaba	1984-1985
São Julião	Alegrete	1983
Santana	Saco do Engano	1983
Santo Antônio de Lisboa	Sítio dos Linos	1983
Santo Antônio de Lisboa	Sítio Salvador	1983
Simões	Alecrim	1983
Simões	Alto Bonito	1983
Simões	Cabaceira	1983
Simões	Salgadinho	1983

Fonte: Dados obtidos em pesquisa realizada no acervo do 3º BEC.

Foram identificados 28 açudes construídos no Piauí durante a década de 1980. Entre eles, o açude/barragem de Bocaina, que além de ser o primeiro a ter a construção iniciada (junto com o açude Tiririca em Jaicós em 1981), foi o que levou mais tempo a ser construído, sendo finalizado em 1985, principalmente devido o seu tamanho e capacidade.

Outras informações foram obtidas, como a maioria dos açudes estava datada do ano de 1983, não sendo possível saber se a construção havia sido iniciada ou concluída neste ano. E que a cidade mais contemplada com açudes neste período foi a cidade de Monsenhor Hipólito, com seis açudes construídos todos datados de 1983.

Tabela 2. Açudes construídos em outros estados na década de 1980.

ESTADO	CIDADE/LOCAL	AÇUDE/BARRAGEM	DATA
Ceará	Acopiara	Cacimbas	1982-1983
Ceará	Acopiara	Calaboço	1982
Ceará	Acopiara	Pau Branco	1982
Ceará	Acopiara	Piquiá	1982
Ceará	Acopiara	Serraria	1982
Ceará	Carneiro	José de Araújo	1983
Ceará	Carneiro	Malva	1983
Ceará	Carneiro	Paraiso	1983
Ceará	Crato	Osterne Alencar	1980-1982
Ceará	Crato	Umari	1981-1982
Ceará	Independência	Jaburu	1983
Ceará	Mombaça	Araçã	1983
Ceará	Mombaça	Bela Vista	1983
Ceará	Mombaça	Caugaty	1983
Ceará	Mombaça	Flamengo	1983
Ceará	Mombaça	Ferreira	1983
Ceará	Mombaça	Macacos	1983
Ceará	Mombaça	Queimadas	1981-1983
Ceará	Pedra Branca	Cap. Mor.	1987
Ceará	Santa Quitéria	Serra do Belém	1984
Ceará	Tauá	Dordão	1983
Ceará	Tauá	Lustal	1983
Ceará	Tauá	Palha	1983
Ceará	Tauá	Santa Rosa	1983
Ceará	Várzea Alegre	Exu	1983
Ceará	Várzea Alegre	Gamelas	1982-1983
Ceará	Várzea Alegre	Olho d'água	1983
Paraíba	Conceição	Video	1984-1985
Pernambuco	Serra Talhada	Serraria	1983

Fonte: Dados obtidos em pesquisa realizada no acervo do 3º BEC.

Como relatado anteriormente, a área de atuação do 3º BEC na construção de açudes não se restringia a cidade de Picos ou ao estado do Piauí, pois foram identificados açudes construídos pelo Batalhão em outros estados nordestinos. Foram construídos em outros estados nordestinos 29 açudes entre o período de 1980 à 1987. Desses, foram 27 no estado do Ceará, onde a cidade de Mombaça foi a mais contemplada, sete açudes construídos. No estado da Paraíba foi constatada a construção de um açude na cidade de Conceição, e no estado de Pernambuco, um açude construído na cidade de Serra Talhada.

Tabela 3. Açudes construídos na década de 1980 (sem informações sobre o local).

AÇUDE/BARRAGEM	DATA
Alto Belo	1983
Barra	1983
Barreto	1983
Bom Jardim	1983
Broco	1983
Cajazeiras	1983
Cantinho	1983
Catolé	1983
Chupeiro	1983
Córrego da Cacimba	1983
Deserto	1983
Macambira	1983
Monte Dourado	1983
Monte Negro	1982
Nova Paz	1983
Padre Marcos	1983
Paraibinha	1983
Prazeres	1987
Quanto	1983
Santa Fé	1982
Serra da Porta	1983
Varginha	1983
Velho	1982

Fonte: Dados obtidos em pesquisa realizada no acervo do 3º BEC.

Outros 23 açudes com construção datada da década de 1980 foram identificados, mas infelizmente as informações sobre a cidade ou estado em que eles foram construídos não estavam disponíveis.

É importante ressaltar que estes dados não representam a totalidade de açudes construídos nesses estados, como também na cidade de Picos-PI, pois somente uma pequena parte dos documentos referentes a essas obras estavam disponíveis para visualização e pesquisa. Isto ocorreu, pois o arquivo do 3º BEC encontra-se no início de um processo de restauração e digitalização, assim somente uma pequena parte de todos os dados ainda encontravam-se disponíveis ao acesso.

Mesmo com uma limitação nos dados, estes que foram analisados, mostrados e listados acima, servem como uma base, como referência à quantidade de açudes construídos na década de 1980 com a intenção de melhorar a condição de vida das populações, ofertando

água para pessoas e animais, além de oferecer emprego na época de crise, pois a maior parte das pessoas envolvidas na construção dos açudes e barragens era de trabalhadores locais, ficando ao exército e governo a fiscalização dessas construções.

3.3 Relatos de trabalhadores alistados nas Frentes de Emergência

Além dos dados oficiais, como documentos, para se falar de um tema bastante amplo e cheio de visões como a seca e as políticas utilizadas no Nordeste, devemos também recorrer a uma importante fonte: a memória da população. Pois, segundo Alessandro Portelli: “há uma distância, por um lado, entre os arquivos históricos e judiciais e, obviamente, as recordações precisas de alguns testemunhos diretos.”³

Para tanto, fez-se necessário a utilização da História Oral para obtenção das informações sobre o tema (seca, políticas e Frente de Emergência), o local (Picos-PI) e o período (década de 1980) abordados pelo trabalho. A utilização da História Oral em trabalhos com temas de cunho social como este, é importante, pois: “a história oral é uma ciência que anda, nós dizemos, a contrapelo, em relação à cultura dominante.”⁴

Além da História, a Memória daqueles que viveram o período é importante, no caso do tema abordado na pesquisa, essa visão pode ser vista tanto de modo particular, como cada pessoa que viu o período, como pode ser vista de modo coletivo, como a população da localidade, da cidade viu o período. Nesse ponto, o autor Peter Burke ao trabalhar com a memória cita Halbwachs e afirma:

Halbwachs afirmou que as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo.⁵

Entre os entrevistados, foram escolhidos os relatos de três pessoas que vivenciaram a seca na década de 1980 e participaram das chamadas Frentes de Emergência entre os anos de 1982 e 1984. Em seguida apresentarei as informações transmitidas a mim pelos senhores

³ PORTELLI, Alessandro: **As fronteiras da memória**. O massacre das fossas ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. Revista História e Perspectivas, Uberlândia, (25 e 26): jul/dez 2001 jan/jul 2002. p. 12.

⁴ BESSA, T; MENEZES, M; NEVES, F. C: **Entrevista com Alessandro Portelli**. Disponível em: <http://www.uvanet.br/historiar/janjun2011/alessandro_portelli.pdf>. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.

⁵ BURKE, Peter: *História como memória social*. In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 70.

Antônio Francisco Pereira, hoje com 61 anos, José Genésio de Barros com 55 anos e pelo senhor Vicente Borges Gonçalves, com idade de 78 anos.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados, sendo que a entrevista dos senhores Antônio Francisco Pereira e José Genésio de Barros ocorreu ao mesmo tempo em 23 de fevereiro de 2013 no povoado Lagoa Seca, município de Santana do Piauí. Já a entrevista com o senhor Vicente Borges Gonçalves ocorreu em 02 de março de 2013, também em sua residência no povoado de Fátima do Piauí, município de Picos.

Para a realização das entrevistas, foram elaboradas perguntas sobre os temas do trabalho (seca, políticas e Frentes de Emergência).

Sobre como via o fenômeno da seca, suas consequências, e como ela afetava sua vida, os senhores Antônio Francisco Pereira e José Genésio de Barros disseram:

A seca é falta d'água, falta de alimento, falta de emprego. É necessidade, dificuldade pra arrumar um dinheiro, comprar remédio, calçado. Quando acontece à seca muda a vida. Sabe por quê? Porque o pobre fica mais pobre, a coisa fica mais clara. O rico fica mais rico. Arrumar trabalho não arruma. Quando tem seca, tem sofrimento! O alimento a gente busca aonde tiver, agora a água é mais difícil.⁶

Ainda sobre como veem a seca, o senhor Vicente Borges Gonçalves tem uma visão parecida dos outros entrevistados: “Eu vejo a seca, é um tempo de aperto, principalmente pro pobre. Gente rica não quer nem saber se chove ou não, mas para os pobres é um tempo de aperto. Mas é vontade de Deus, o que é de fazer? É ter paciência, porque o pai quando surra, depois ele traz o consolo.”⁷

Sobre o ano e o local de suas participações nas Frentes de Emergência, os senhores Antônio e José afirmam que: “em 83, nós trabalhamos nessa Frente de Serviço em lugar chamado Queimada da Ema⁸, era também município de Picos, lá era coordenado pelo 3º BEC, Batalhão de Engenharia. Nós tiremos do dia 4 de junho de 83 até o mês de fevereiro de 84.”⁹

O senhor Vicente, que participou da Frente de Emergência no povoado de Fátima do Piauí, município de Picos diz que: “particpei em 82 e 83. Depois de 90, teve um período de

⁶ PEREIRA, Antônio Francisco; BARROS, José Genésio de. Entrevista concedida a Bruno Santos Luz em 23 de fevereiro de 2013.

⁷ GONÇALVES, Vicente Borges. Entrevista concedida a Bruno Santos Luz em 02 de março de 2013.

⁸ O povoado de Queimada da Ema que hoje faz parte do município de Santana do Piauí, assim como toda a região que forma o município de Santana, pertencia a cidade de Picos na década de 1980, pois o município de Santana do Piauí só veio a se emancipar de Picos em 1992.

⁹ PEREIRA; BARROS. Op. cit.

Emergência também e eu participei, não me lembro se foi em 94. Em 83, veio um major e sargento do Batalhão procurar lugar de empregar o povo, e aí encontraram.”¹⁰

Abaixo se encontra uma imagem da construção do açude em Fátima do Piauí, município de Picos, onde o senhor Vicente Borges Gonçalves trabalhou.

Figura 11. Construção do açude Fátima em Picos – PI.



Fonte: Acervo do 3º BEC.

Em relação ao pagamento recebido pelos trabalhadores, os senhores Antônio relata: “O que nós ganhava nessa Frente de Serviço era 15 conto, naquele dinheiro”. O senhor José completa: “Era 15 e 300, pra mim que era.”¹¹ O senhor Vicente relata que o pagamento não ocorria só em dinheiro: “o pagamento era quinzenal. Não me lembro o valor. Mas sei que naquela época o valor era bem baixo, mas tive *comestia* também. Distribuía *comestia*, era arroz, feijão, óleo, essas coisas grosseiras.”¹²

A respeito dessa informação sobre o valor do pagamento recebido em 1983, ano em que os senhores Antônio e José ingressaram na Frente de Emergência, eles afirmavam receber Cr\$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos cruzeiros) a cada quinze dias, totalizando cerca de Cr\$

¹⁰ GONÇALVES. Op. cit.

¹¹ PEREIRA; BARROS. Op. cit.

¹² GONÇALVES. Op. cit.

30.600,00 por mês. Segundo dados¹³ obtidos na internet, o salário mínimo no final de 1983 era de Cr\$ 57. 120,00, ou seja, os trabalhadores alistados na Frente de Emergência em Picos recebiam no período informado cerca de meio salário-mínimo. Outra informação importante é que, além do pagamento em dinheiro, os trabalhadores das Frentes de Emergência recebiam também alguns gêneros alimentícios.

Sobre a função exercida nas Frentes de Emergência, o senhor Vicente afirma que: “Meu trabalho, eu quebrei pedra, rodei carrinho, ajeitava o barro na parede, todo esse serviço ai eu fiz. Construindo açude, tipo barragem pequena.”¹⁴ A função exercida pelos senhores Antônio e José era semelhante. Com mais detalhes eles explicam que:

Ai nois trabalhava nessa Frente de Serviço era construindo uma Barragem, era com carrim, era com um instrumento que vocês não conhece, um chamado paviola, que carregava de dois, um enchia, quando acabava um pegava num pau, outro noutra, dois levava. Era tirando barro de dentro do buraco que agente tava cavando. Tirando as pedras, e fazendo uma parede. Ai nessa parede, ocupava um bocado deles, com um cepo batendo barro.¹⁵

Os trabalhadores, segundo as informações obtidas, trabalhavam de segunda a sábado. Sendo que segundo os senhores Antônio e José: “Nóis trabalhava oito horas por dia, de oito da manhã às quatro da tarde.”¹⁶ O senhor Vicente afirma que: “Era mei pesado, teve época ai que começava seis horas, de manhã, e só parava mei-dia, porque tinha que parar mesmo pra almoçar, ai quando começava de uma hora ia até seis horas. Teve uma época que o sargento puxou demais.”¹⁷

Os oficiais do 3º BEC eram os responsáveis pela fiscalização e coordenação e escolha do local onde seriam construídos os açudes. Porém, devido a grande quantidade de açudes construídos não somente em Picos, mas em outras áreas do Piauí e até mesmo em outros estados do Nordeste, os oficiais não poderiam ficar em apenas uma região, havia uma grande área e muitas obras a serem coordenadas. Por isso, pessoas da região onde o açude estava sendo construído eram escolhidas para coordenar, fiscalizar e relatar o que acontecia nas obras, essas pessoas, eram os chamados feitores.

Sobre os feitores, o senhor José e depois relata o seguinte: “Agora eu mesmo, os feitor que eu trabalhava mais eles eu achava bozim, por que tudo que a gente queria, eles ajeitava.

¹³ Disponível em: <http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm>. Acesso em: 29 de março de 2013.

¹⁴ GONÇALVES. Op. cit.

¹⁵ PEREIRA; BARROS. Op. cit.

¹⁶ Idem.

¹⁷ GONÇALVES. Op. cit.

Se a gente pedisse para sair um dia mais cedo, ele deixava.”¹⁸ Na obra em que os senhores José e Antônio trabalhara, a construção de um açude no povoado Queimada da Ema, eles relatam que: “Eram doze feitor. O Batalhão escolhia. O pessoal do mato, do meu tempo era analfabeto. Só podia ser feitor aquele que tinha uma caligrafia. Ele tinha que fazer a relação daquele pessoa todim, tem que apontar todos os dias trabalhados. O feitor que pagava a turma dele.”¹⁹

Sobre o número de trabalhadores empregados em cada obra, os dados são escassos, pois como dito, a maior parte dos arquivos do 3º BEC não estavam disponíveis para pesquisa. O senhor Vicente, na sua entrevista não soube afirmar com precisão a quantidade de trabalhadores no obra em que participou. As únicas informações obtidas, foram as relatadas pelos senhores Antônio e José, essas informações são apenas da obra em que eles participaram, mas é uma importante informação. Segundo eles: “As turmas era de 10 pessoas. Então era 12 feitor. Foi uma média de 120, mas só nesse lugar, existia muitas emergência. Cada localidade o Batalhão colocou o pessoal.”²⁰

E sobre os oficiais, o senhor Antônio diz que: “O Batalhão mesmo era muito bom, eles reconhecia, não atrasava o pagamento. Graças à Deus não ocorria acidente, era tudo normal, eles dava assistência. Quem comandava lá era o sargento Júnior.”²¹ Ainda sobre os oficiais do exército, o senhor Vicente relata que eles “tratava bem. Gostei muito. Primeiro quando começou, quem chefiava era o sargento Garcia, adepois, foi o sargento Junior.”²²

O sargento Junior aparece como o responsável pelas obras nos relatos dos entrevistados, dando a entender que ele foi o responsável por coordenar obras na região de Picos. Só lembrando que na década de 1980, muitas cidades, hoje emancipadas constituíam a cidade de Picos, portanto, era uma área a fiscalizar e coordenar considerável.

Sobre a utilidade desses açudes construídos, os entrevistados afirmam que não foram totalmente aproveitados pela população. O açude em que os senhores Antônio e José trabalharam nem chegou a ficar pronto, pois segundo eles: “Em 84 foi inverno! E nós não tinha chegado a terminar acabamento nela. Ai aonde a gente fez que ela chegou a altura que era pra fazer ainda hoje tá lá. Mas a outra parte que não chegamo a terminar as águas já descia. É por causa disse que não serviu.”²³ O senhor Vicente também relata que o açude

¹⁸ PEREIRA; BARROS. Op. cit.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² GONÇALVES. Op. cit.

²³ PEREIRA; BARROS. Op. cit.

construído em Fátima também não foi totalmente aproveitado: “Já não teve utilidade para consumo dagente, mas para os bixo foi bom demais.”²⁴

Finalizando os relatos dos entrevistados sobre a Frente de Emergência em Picos, o senhor Antônio diz que: “Foi bom demais. Agente agradece à Deus e ao governo, que nessas crises é ele mesmo que ajuda.”²⁵ O senhor José continua: “Se não fosse essa Frente de Serviço que apareceu lá dessa barraginha ai ninguém sabe se tinha nem escapado não.”²⁶ E o senhor Vicente completa: “Foi bom. Foi bom. Num faltou nada, porque em virtude da necessidade do povo na época, o necessário pro povo foi isso ai mesmo. Todo mundo ficou satisfeito. Foi através da Emergência que o povo sofrero menos. Se não fosse a Emergência, o cinturão tinha arochado mais.”²⁷

A partir da análise dos dados apresentados e dos relatos das pessoas que viveram uma crise causada pela seca – tomando cuidado, pois estes dados não podem ser tomados como verdade absoluta – fica evidenciado que na cidade de Picos durante a década de 1980, a intervenção governamental caracterizou-se principalmente por uma política assistencialista que socorreu o povo durante uma grave crise e empregou-lhes em obras para a obtenção e distribuição de água: os açudes. Mesmo esses açudes, segundo os relatos, não sendo totalmente aproveitados pela população.

O que chama a atenção, é que essa intervenção com características assistencialistas, pontuais e até mesmo paliativas, ocorreu durante a década de 1980, período onde deveria estar sendo empregada a Política de Desenvolvimento, com características voltadas a melhoria de vida da população a longo prazo, e não somente durante um período de crise. Dando a impressão que a Política Assistencialista não desapareceu com a criação e a renovação de órgãos entre as décadas de 1950 e 1960.

²⁴ GONÇALVES. op. cit.

²⁵ PEREIRA; BARROS op. cit.

²⁶ Idem.

²⁷ GONÇALVES. op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo um processo de pesquisa, separação dos dados colhidos, análise, e construção deste trabalho, chega-se à conclusão do mesmo. Cabe agora apresentar a importância deste trabalho, bem como uma síntese do que foi exposto ao longo destas páginas.

Falar sobre a seca, o combate ou a convivência com ela, bem como uma intervenção e interação entre órgãos públicos e população para este fim, é abrir caminho para longas pesquisas e discussões, pois temas como este, apresentam variados pontos de vista.

Os conceitos, relações, causas, consequências, políticas, órgãos, métodos e relatos apresentados neste trabalho, serviram para chegarmos ao ponto principal da pesquisa, responder como ocorreu a intervenção pública no combate à seca em Picos nos anos 80.

Para tanto, fez-se necessário a utilização de algumas ferramentas. Uma das principais ferramentas utilizadas para a concretização deste trabalho foram os dados e informações obtidos nas pesquisas. Outra importante fonte de dados, obtida através de entrevistas, foi a Memória e os relatos daqueles que participaram ativamente do tema abordado, tornando a História Oral como um dos alicerces deste trabalho.

Esperamos que este trabalho não seja um final para a pesquisa, mas apenas o início de uma caminhada para conhecermos nossa história, e porque não, o nosso presente e futuro, pois a seca e as tentativas de amenizar os seus efeitos ainda acontecem, e que muitas outras pesquisas possam surgir dentro deste campo de atuação. Para que a luta daqueles que conviveram e ainda convivem com as crises causadas pela seca não seja esquecida ou desmerecida.

Diante dos fatos aqui apresentados, faz-se necessário ressaltar que muitas informações podem e devem ser buscadas sobre o combate e convivência com as secas, não só em Picos, mas em todas as áreas onde este fenômeno ocorre. As fontes ainda encontram-se disponíveis, portanto, devemos ir a campo, pesquisar, entrevistar e colher dados e informações. Pois assim saberemos como este fenômeno ocorreu no passado, para que assim possamos nos antecipar à busca de soluções que amenizem seus efeitos, principalmente nas regiões mais atingidas.

REFERÊNCIAS

a) Artigos, Artigos de Revistas e Livros

ANDRADE, Manuel Correia de. **A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 6, n° 4, 1986.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **O poder e a seca de (1877-1879) no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.

BURKE, Peter: *História como memória social*. In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALDAS, Raul Senna de. Aspectos do problema das secas. In: ROSADO, Vingt-Un (Org.). **Memorial da Seca**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral** – memória, tempo, identidades. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUERRA, Otto. A batalha das secas. In: ROSADO, Vingt-Um (Org.). **Memorial da Seca**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981.

LYRA, Tavares de. As secas do Nordeste. In: ROSADO, Vingt-Um (Org.). **Memorial da Seca**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981.

NETO, Manoel Domingos. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2° ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

PORTELLI, Alessandro: **As fronteiras da memória**. O massacre das fossas ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. Revista História e Perspectivas, Uberlândia, (25 e 26): jul/dez 2001 jan/jul 2002.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Representações da natureza, administração pública e regionalização no Brasil semi-árido**. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Jislaine Lima da; SILVA, Lilian Oliveira. **O homem sertanejo e as políticas públicas**. Universidade Federal de Sergipe.

b) Websites

ALBUQUERQUE, Ligia; FISCHER, Izaura Rufino: **A Mulher e a Emergência da Seca no Nordeste**. Disponível em: < <http://www.fundaj.gov.br/tpd/139.html>>. Acesso em 27 de outubro de 2012.

Banco do Nordeste do Brasil. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/O_Banco/Historico/gerados/hist_principal.asp>. Acesso em: 14/01/2013.

BESSA, T; MENEZES, M; NEVES, F. C: **Entrevista com Alessandro Portelli**. Disponível em: <http://www.uvanet.br/historiar/janjun2011/alessandro_portelli.pdf>. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.

CAMPOS, José Nilson B; STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho. **Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções**. Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <http://www.barramentos.ufc.br/Hometiciana/Arquivos/Publicacoes/Congressos/2001/Secas%20no%20Nordeste%20do%20Brasil_08%20de%20junho_def.pdf>. Acesso em: 13/01/2013.

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/empresa/DefaultPage>>. Acesso em: 14/01/2013.

Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/CHESF>>. Acesso em: 14/01/2013.

Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conab-quemSomos.php?a=11&t=1>>. Acesso em: 14/01/2013.

CRUZ, José Carlos (Org.). **Cultivo do Milho**. Sete Lagoas: EMBRAPA, 2006. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho_2ed/index.htm>. Acesso em: 13/01/2013.

Dicionário Árabe-Português. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/a%C3%A7ude/>>.

DUARTE, Renato. **Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil**. Buenos Aires: CLASCO, 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar//clacso/gt/20101030020924/16duarte.pdf>>. Acesso em: 13/01/2013.

GASPAR, Lúcia. **Seca no Nordeste Brasileiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=418&Itemid=1>. Acesso em: 14/01/2013.

NASCIMENTO, Ana Lourdes Fernandes. **SUDENE: criação e atuação. A região Nordeste e a intervenção governamental nas décadas de 1960 e 1970**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://ccsa.ufrn.br/seminario2010/anais/artigos/gt8-18.pdf>>. Acesso em: 14/01/2013.

NOBLAT, Ricardo. **A seca: 1877-1977**. Diário de Pernambuco. 1977. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/arquivos-upload/2006/12/129-seca1877.doc>> Acesso em: 27 de outubro de 2012.

POMPONET, André Silva. **100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162_pag_58.pdf>. Acesso em: 14/01/2013.

SOUSA, Valfrido Viana de. **Piauí: Apossamento, Integração e Desenvolvimento (1684-1877)**. Disponível em: <http://pos-historia.historia.ufg.br/uploads/113/original_43_ValfridoSousa_PiauiApossamentoIntegracao.pdf>.

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/sudene>>. Acesso em: 14/01/2013.

TÁVORA, Francisco José A. F.; DINIZ, Belísia Lúcia Moreira T. **Cultura do feijão comum**. Fortaleza: UFCE, 2006. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAvDsAF/cultura-feijao>>. Acesso em: 13/01/2013.

c) Fontes orais

PEREIRA, Antônio Francisco; BARROS, José Genésio de. *Entrevista concedida a Bruno Santos Luz* em 23 de fevereiro de 2013.

GONÇALVES, Vicente Borges. *Entrevista concedida a Bruno Santos Luz* em 02 de março de 2013.